

METODOfUNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Jocimara Karoline Rodrigues dos Santos

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO DE
CASO NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE**

São Cristóvão, SE

2017

Jocimara Karoline Rodrigues dos Santos

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM
ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sueli Maria da Silva Pereira

São Cristóvão, SE

2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 146/2009/CONEPE

ANEXO V

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 25 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete reuniu-se a banca examinadora composta pelo(a) professor(a) Sueli Maria da Silva Pereira orientador(a), do Departamento de Secretariado Executivo, pelo(a) professor(a) Nathalia Carvalho Moreira do Curso de Secretariado Executivo e pelo(a) professor(a) Igor Godoli Cavalcante do Curso de Departamento de Sec. Executivo para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Agenda Ambiental na Adm. Pública (A3P) do(a) aluno(a) Jocimara Karoline Rodrigues dos Santos, Matrícula nº . Os membros da banca reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da Monografia com a nota 8,9. A ata foi datada e assinada pelos examinadores.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 25 de abril de 2017.

Sueli Maria da Silva Pereira
Professor (a) Orientador (a)

Nathalia Carvalho Moreira
Professor (a) Convidado (a)

Igor Godoli Cavalcante
Professor (a) Convidado (a)

DEDICATÓRIA

A minha família, meus irmãos, sobrinhos, meus pais Isabel e José que muitas vezes dedicaram a suas orações e preocupações a mim, que me fez esta pessoa que luta por seus ideais. Aos meus amigos que acreditaram em mim. Dedico também a minha orientadora Sueli, que esteve sempre presente para que este trabalho tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de retribuir o que recebemos de alguém, por isso eu, primeiramente, agradeço a Deus que me proporcionou saúde, força de vontade e coragem para alcançar os meus objetivos enfrentando os obstáculos.

- ao Departamento de Secretariado Executivo, corpo docente, direção e administração que me proporcionaram a busca de novos conhecimentos e a oportunidade de alcançar meus méritos e éticas.

-a minha Orientadora Profa. Sueli, pela sua presteza, pela base dada nesse tempo, pela disposição nas correções e incentivos.

-a minha família, aos meus pais Maria Isabel e José Rodrigues, meus irmãos Simone, Fernanda, Rodrigo e Mario, aos meus sobrinhos Laiza, Icriton, Karine, Rakelly e Kaio Felipe pelo apoio, a dedicação, o carinho e amor incondicional demonstrado a mim.

-ao meu namorado Jhon Wesley, pelo seu amor, carinho e paciência dedicados a mim durante todo esse tempo.

-as meninas da República F30, que me deram força para continuar e me proporcionaram a companhia durante esses anos. Contribuindo de alguma forma para o meu desenvolvimento, tanto na vida acadêmica, quanto na vida pessoal.

-aos meus colegas do curso, que contribuíram de alguma forma no período da graduação nos trabalhos em grupo e incentivos, em especial Angélica, Ana Paula, Camila, Letícia, Amanda Gomes, Raquel e Edenilde.

-a minha amiga Fernanda Souza, pela companhia durante o meu período de estágio e o apoio durante a elaboração deste trabalho.

-a todos os meus amigos que se fizeram presentes nessa etapa, obrigada.

Pergunte, porém, aos animais, e eles o ensinarão, ou às aves do céu, e elas contarão a você; fale com a terra, e ela o instruirá, deixe que os peixes do mar o informem. Quem de todos eles ignora que a mão do Senhor fez isso? Em sua mão está a vida de cada criatura e o fôlego de toda a humanidade.

Jó 12:7-10

RESUMO

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS (CCSA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS).

AUTORA: Jocimara Karoline Rodrigues dos Santos

ORIENTADORA: Sueli Maria da Silva Pereira

O desequilíbrio ambiental resultou em debates sobre essa questão ocorrente no mundo; e vários países se uniram preocupados em criar medidas possíveis para o desenvolvimento sustentável. Representantes de organizações governamentais e não governamentais se mostraram interessados no assunto, tendo em vista que as indústrias são grandes causadoras de problemas relacionados ao meio ambiente. Desse modo, foram possíveis a realização de Conferências e a criação de documentos significativos, a fim de resolver os impactos ambientais. Considerando que a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o objetivo de sensibilizar os gestores públicos sobre a relevância da adoção de políticas de sustentabilidade ambiental, buscando reduzir os impactos ambientais, este trabalho apresenta um estudo da A3P no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Através deste, pretendeu-se analisar a importância da aplicabilidade da A3P dentro do CCSA. A pesquisa trata de como estão sendo aplicadas as atividades relacionadas à A3P no CCSA da UFS. Esta pesquisa é do tipo exploratória; foram feitos levantamentos bibliográficos de alguns teóricos relevantes ao tema, como também, foram realizadas consultas nos documentos do MMA, a fim de obter informações sobre o assunto. A análise de dados foi feita através de um questionário fechado com perguntas sobre os conceitos de sustentabilidade propostos na Agenda, foi aplicado aos assistentes administrativos dos Departamentos que compõem o CCSA. Os dados foram tabulados e a partir daí foi avaliado se os servidores aplicam as políticas e ações previstas na A3P. Concluiu-se que a falta de conhecimento da maioria dos Departamentos estudados sobre a A3P e a falta de conscientização a respeito da importância da preservação ambiental, impedem que os servidores contribuam de maneira suficiente para a adoção de políticas de sustentabilidade relativas ao programa.

Palavras-chave: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Sustentabilidade Ambiental. Implementação.

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL AGENDA IN THE PUBLIC ADMINISTRATION (A3P): A CASE STUDY IN THE CENTER OF APPLIED SOCIAL SCIENCE (CCSA) OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE (UFS).

AUTHOR: Jocimara Karoline Rodrigues dos Santos

ADVISOR: Sueli Maria da Silva Pereira

The environmental imbalance has resulted in debates on this issue occurring in the world; and a number of countries came together to create possible measures for sustainable development. Representatives of governmental and non-governmental organizations have shown interest in the matter, since industries are major cause of environmental problems. Due to this fact, Conferences and the creation of significant documents were possible in order to solve the environmental impacts. Considering that the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) is a program created by the Ministry of the Environment (MMA), with the objective of sensitizing public managers on the relevance of adopting environmental sustainability policies, seeking to reduce environmental impacts, this paper presents an A3P study at the Center for Applied Social Sciences of the Federal University of Sergipe (UFS). Has been analyzed the importance of the applicability of A3P within CCSA. The research deals with how A3P-related activities are applied in UFS CCSA. This research is exploratory; Bibliographical surveys were made of some theorists relevant to the topic, as well as consultations to MMA documents, in order to obtain information on the subject. The data analysis was done through a closed questionnaire with questions about the sustainability concepts proposed in the Agenda, it was applied to the administrative assistants of the Departments that make up the CCSA. The data were tabulated and from that it was evaluated if the servers apply the policies and actions foreseen in the A3P. It was concluded that the lack of knowledge of most of the Departments studied on A3P and the lack of awareness about the importance of environmental preservation, prevent the employees from contributing sufficiently to the adoption of sustainability policies related to the program.

Keywords: Environmental Agenda in Public Administration (A3P). Environmental Sustainability. Implementation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Símbolo que representa a A3P	26
Figura 2	Representação do histórico de avanços A3P	29
Figura 3	Representação da A3P no ambiente organizacional	32
Figura 4	Representação dos cinco eixos temáticos da A3P	34
Figura 5	Representação dos 5R's da A3P	34
Figura 6	Representação dos indicadores de desempenho	38
Figura 7	Representação dos Selos de sustentabilidade na Administração Pública	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetivos dos documentos redigidos na Cúpula da Terra	18
Quadro 2	Representação dos órgãos colegiados do MMA	24
Quadro 3	Marco Legal A3P	31

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública no CCSA da UFS segundo os Assistentes Administrativos	47
TABELA 2	Capacitação da A3P no CCSA da UFS segundo os Assistentes Administrativos	47
TABELA 3	Capacitação com conceitos sustentáveis	48
TABELA 4	Presença do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como fator fundamental no processo de gerenciamento da A3P	48
TABELA 5	Monitoramento do NGA nos Departamentos do CCSA referente a A3P	49
TABELA 6	O incentivo da Universidade para preferência por produtos e serviços com diferenças ecológicas	49
TABELA 7	Contribuição dos Departamentos do CCSA com as políticas sustentáveis	50
TABELA 8	Descarte dos resíduos sólidos	50
TABELA 9	Utilização adequada dos materiais de expedientes	50
TABELA 10	Existência de monitoramento sobre o consumo de materiais de expedientes	51
TABELA 11	Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação ao consumo de papel	51
TABELA 12	Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação à impressão frente-verso	51
TABELA 13	Contribuição dos Departamentos na prática de imprimir frente-verso do papel A4	52
TABELA 14	Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação ao consumo de energia	52
TABELA 15	Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação às condições naturais	53
TABELA 16	Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação ao consumo de copos	53
TABELA 17	Distribuição de <i>squeeze</i> ou copos não descartáveis para os Departamentos do CCSA	53

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
AGAPAM	Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CF	Constituição Federal
CGEN	Conselho de Gestão do Patrimônio Genérico
CGFLOR	Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CNCD	Comissão Nacional de Combate à Desertificação
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAFLO	Comissão Nacional de Florestas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONOMAZ	Conselho Nacional da Amazônia Legal
COP	Conferência das Partes
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
DCRS	Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental
EIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FRNB	Comitê Gestor do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios
GEE	Gases do Efeito Estufa
INFRAUFS	Superintendência de Infraestrutura
MININT	Ministério do Interior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão
NGA	Núcleo de Gestão Ambiental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNF	Programa Nacional de Floresta
PNMC	Comitê Gestor do Fundo Nacional de Mudanças de Clima
PPA	Plano Plurianual
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
RESSOA	Responsabilidade Socioambiental
SAIC	Secretaria de Articulação Instituição e Cidadania Ambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TCU	Tribunal de Contas da União
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFCCC	Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre mudanças Climáticas
UNSCCUR	Conferência Científica sobre Conservação e Utilização de Recursos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	A DISCUSSÃO MUNDIAL SOBRE A PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO AMBIENTAL	15
2.2	AS QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL	21
3	A HISTÓRIA DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	26
3.1	CONCEITUANDO A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	32
3.2	OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	35
3.3	COMO IMPLANTAR A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) EM UM ÓRGÃO	36
3.4	A ADESAO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	39
3.5	A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL (NGA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	41
4	METODOLOGIA	44
5	ANÁLISE E RESULTADOS	47
6	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	59
	ANEXO A – DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TERRA	61
	ANEXO B – DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO RIO	62
	ANEXO C – PAÍSES PARTICIPANTES DA CONFÊNCIA SOBRE A CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	67
	ANEXO D – SECRETARIAS QUE COMPÕEM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	68
	ANEXO E – PORTARIA 221/04 DA COMISSÃO GESTORA A3P	70
	ANEXO F – PORTARIA 61/08 QUE ESTABELECE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS COMPRAS PÚBLICAS	73
	ANEXO G – PORTARIA 217/08 COMITÊ DE IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	75
	ANEXO H – PORTARIA 2202/14 QUE NOMEIA O COORDENADOR DO NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL (NGA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	77
	ANEXO I – PORTARIA 0420/12 QUE INSTITUI O PROGRAMA UFS AMBIENTAL	78

1 INTRODUÇÃO

O desequilíbrio ambiental gerou discussões pelo mundo, a fim de solucionar as questões ambientais, vários países vêm se reunindo em Conferências desde 1972 com o objetivo de procurar medidas capazes de melhorar o quadro ambiental. Representantes organizacionais governamentais e não governamentais também vêm se mostrando preocupados com essas questões, cientes de que as indústrias são grandes causadoras de problemas relacionados ao meio ambiente.

Constata-se que as questões ambientais no mundo não eram tão evidentes desde a revolução industrial até a década de 1970. A partir desse período, começaram as discussões sobre essas questões e foram realizadas conferências coordenadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em busca do desenvolvimento sustentável. A primeira Conferência foi realizada em 1972 em Estocolmo, Suécia, e ficou conhecida como “Estocolmo 72”. Essa Conferência foi a ponte inicial para a sustentabilidade, mas não foi assumido nenhum compromisso.

Após vinte anos da primeira Conferência, foi realizada no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, a segunda Conferência “Eco 92” ou “Rio 92” ou “Cúpula da Terra”, com o objetivo de averiguar a evolução das políticas de proteção ambiental. Foram redigidos documentos relevantes de sustentabilidade ambiental, tendo como destaque a Agenda 21 global, com base em um documento de 40 capítulos, que busca promover o desenvolvimento sustentável no planeta.

Em 2002 foi realizada a terceira Conferência a “Rio + 10”, na África do Sul, em Johannesburgo. Esta teve como objetivo buscar medidas para reduzir o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Mais tarde, em 2012, ocorreu a Conferência Rio + 20, novamente no Brasil, Rio de Janeiro, objetivando renovar os compromissos políticos de sustentabilidade, através da avaliação do progresso e das falhas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Diante dos acontecimentos com as questões ambientais na busca pelo desenvolvimento sustentável, destacando que é possível manter a economia sem prejudicar o meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado no Brasil em 1992 tornando-se líder da administração nas questões ambientais nacionais. O MMA deu início ao projeto Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em 1999 e em 2001 foi implementado o programa que visa sensibilizar os gestores públicos sobre a relevância das

questões ambientais, incentivando-os a introduzir princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. A A3P é fundamentada por documentos relevantes redigidos nos encontros realizados pela ONU. A Agenda tem seu marco legal no artigo 225 da Constituição Federal (CF); na Lei nº 6.938/81; na Lei nº 9605/98; na Decreto nº 5940/06; na Lei nº 12.349/10; na Lei nº 12.187/09; na Lei nº 12.305/10; da Instituição Normativa nº 1/2010; no ISO 2600; na Lei 12.462/2011; no Decreto nº 7.746/12; na Instrução Normativa nº 10/12 do MPOG; e na Recomendação CONAMA nº 12/11.

A escolha deste tema surgiu a partir da observação de uma movimentação no Departamento de Secretariado Executivo da UFS com cartazes para conscientização e sensibilização das pessoas sobre o uso racional de copos descartáveis e a destinação correta do lixo, considerando assim a coleta seletiva. Logo após, foi percebido dentro de uns dos banheiros da Biblioteca Central da Universidade adesivos indicativos para o uso racional de papéis com o seguinte slogan: “a cada 1.000 quilos de papel, 12 árvores são derrubadas. Duas folhas são suficientes para enxugar as mãos. VOCÊ FAZ A DIFERENÇA A3P”.

Para delimitar o campo de pesquisa, optou-se por estudar o CCSA para responder a seguinte questão: Qual a importância da aplicabilidade da A3P no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)?

Esta pesquisa terá como objeto de estudo analisar a importância da Aplicabilidade da A3P no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui como objetivos específicos: verificar se os funcionários do CCSA conhecem a A3P, identificar se existem planejamento e adoção de políticas relacionadas à A3P no CCSA e verificar se existe a conscientização dos funcionários aos conceitos de sustentabilidade estabelecidos no programa A3P.

Nota-se que a administração pública tem o dever de contribuir com os aspectos do meio ambiente; desta forma, a A3P propõe estabelecer metas que tragam melhores resultados nas atividades realizadas pelos órgãos públicos através de ações que garantam melhor qualidade de vida para os profissionais, tanto no ambiente de trabalho como também nas suas vidas sociais.

Com o incentivo do MMA os órgãos governamentais estão aderindo ao programa A3P, para o melhor gerenciamento das atividades administrativas que cause menor impacto ao meio ambiente. Procurou-se investigar dentro do CCSA se existe aplicabilidade da A3P, de modo que os departamentos estejam conscientes da importância da Agenda.

Por isso, justifica-se a relevância deste trabalho na necessidade de verificar se os funcionários desse órgão conhecem o programa. Assim, este estudo servirá para estimular a

reflexão sobre os aspectos ambientais negativos consequentes das ações utilizadas pela UFS e buscar novos conceitos sustentáveis que contribuam tanto para o ambiente profissional como para o incentivo na utilização desses métodos no meio social.

A fundamentação teórica trata da discussão mundial sobre a preocupação com a questão ambiental; em sequência, traz os tópicos das questões ambientais no Brasil e da criação da Agenda Ambiental na Administração Pública, conceituando o que é a A3P, o seu objetivo, como implantar a Agenda em um órgão, a adesão da A3P e o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) na UFS.

Para a coleta e análise dos dados foi possível contar com a participação de dez servidores efetivos (Assistentes Administrativos) de nove Departamentos que integram o CCSA. Os Departamentos estudados foram: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Informação, Direito, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social e Turismo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Ferrarezi Junior (2013) o referencial teórico ou fundamentação teórica consistem em argumentos e citações que são o ponto de vista teórico adotado para execução do trabalho. Dependendo da natureza e da complexidade do trabalho, o referencial teórico pode ter uma extensão intermediária. É nele que aparecerá o maior número de citações e considerações de acordo com as ideias e teoria de autores, como também é a parte que o pesquisador terá capacidade de unir as próprias ideias.

Ainda segundo esse autor, a profundidade do referencial teórico irá depender do nível do projeto, sendo mais simples para uma monografia e mais complexo para um doutorado.

2.1 A DISCUSSÃO MUNDIAL SOBRE A PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO AMBIENTAL

O desequilíbrio ambiental resultou em debates no mundo; assim vários países vêm se reunindo preocupados em criar medidas possíveis para o desenvolvimento sustentado ou sustentável. Os representantes organizacionais governamentais e não governamentais também vêm se preocupando com essas questões, já que as indústrias também são responsáveis pelo desequilíbrio ambiental, sendo as principais causadoras de poluição, do aquecimento global, efeito estufa, entre outros agentes. De acordo com Little et al. (2003, p. 27) “[...] afirma-se que a preocupação ambiental está presente em todos os empreendimentos, tanto aqueles voltados para o desenvolvimento social quanto os voltados para a infra-estrutura econômica [...]”.

Todos podem aproveitar os aspectos econômicos, contando que conservem as condições naturais para que as gerações futuras não sofram com a insustentabilidade, em razão de que a exploração econômica é grande contribuinte para o desequilíbrio ambiental. Com base nessas causas foi possível a primeira reunião organizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU).

Essa reunião ocorreu em 1972 na Suécia, conhecida como Estocolmo 72 e foi o primeiro encontro coordenado pela ONU quando reuniu chefes de 113 países e representantes organizacionais, como afirma Flores (2012, p. 25) que: “[...] em 1972, realizou-se a Conferência de Estocolmo, à qual estiveram representantes de 113 países e centenas de organizações intergovernamentais e não governamentais [...]”. Sachs (2008, p. 48

) afirma que essa Conferência “[...] foi precedida pelo encontro Founex, de 1971, implementado pelos organizadores da Conferência de Estocolmo para discutir, pela primeira vez as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente [...]”. Os países não firmaram nenhum compromisso no Estocolmo 72, porém, essa foi a ponte inicial para a sustentabilidade.

No decorrer da Conferência de Estocolmo, foram assumidas posições diretamente distintas, os que apresentavam abundância, acreditavam que a responsabilidade com o meio ambiente era desnecessária porque ocultariam e atrasariam os custos dos países que buscam o desenvolvimento da industrialização para alcançar os países desenvolvidos. Visto que as questões ambientais não eram peso para os ricos e ociosos, os países deveriam priorizar a aceleração do crescimento. Do outro lado, os pessimistas acreditavam no fim do planeta, se o crescimento demográfico e econômico ou se apenas o crescimento do consumo não fosse de imediato inertes (SACHS, 2008).

Percebe-se que a preocupação dos governos com as questões ambientais pelo mundo não era evidente desde a Revolução Industrial até os anos de 1970. Porém, a ONU e suas agências¹ tiveram duas tímidas iniciativas ocorridas em 1948 e 1949. Reuniram-se dezoito governos, em conferência proporcionada pelas Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na cidade de Fontainebleau, França, em 1948. Em 1949, nos meses de agosto e setembro, foi realizada a Conferência Científica sobre Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCURE) e contou com a presença de 49 países, na cidade de Lake Success, Estados Unidos (RIBEIRO, 2012).

A UNESCO junto com o Governo francês cria a União Internacional para a Proteção da natureza (UIPN), na busca em desenvolver ações embasando os conhecimentos científicos que garantam a continuidade nos recursos naturais para o bem estar econômicos e sociais da humanidade (BRITO, 2003 apud MACIEL, 2011). Mais tarde, em 1956, é renomeada para União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).

Vinte anos após a Estocolmo 72, o Brasil sediou a segunda reunião coordenada pela ONU, no qual foi realizada a Conferência Internacional Eco 92 ou Rio 92 e também

¹ Agências da ONU. (AIEA) Agência Internacional de Energia Atômica, (BIRD) Banco Mundial, (FAO) Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, (FIDA) Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, (FMI) Fundo Monetário Internacional, (ICAO) Organização de Aviação Civil Internacional, (OIT) Organização Internacional do Trabalho, (OMI) Organização Marítima Internacional, (OMM) Organização Meteorológica Mundial, (OMPI) Organização Mundial da Propriedade Intelectual, (OMS) Organização Mundial de Saúde, (UIT) União Internacional de Telecomunicações, (UNESCO) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (UNIDO) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, (UPU) União Postal Universal.

conhecida como Cúpula da Terra, tendo participação de 178 países, sendo 114 representantes por seus chefes de Estado ou Governo, estando ainda presentes mais de 1000 organizações não governamentais (FLORES, 2012). Segundo o Portal Brasil (2012, p.1) “a Rio-92 ou Eco-92 reuniu líderes mundiais e entidades ambientais no Rio de Janeiro para analisar a evolução das políticas de proteção ambiental”. Foram redigidos documentos relevantes, como a Declaração de Princípios sobre a Terra, a Convenção Sobre Diversidade Biológica, A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), a Agenda 21² e Declaração do Rio e teve como destaque a Agenda 21 com base em um documento de 40 capítulos, em quatro seções³ e escrita em trezentas páginas, que busca promover o desenvolvimento sustentável no planeta para o século XXI, por isso foi denominada Agenda 21. O Quadro1 mostra os objetivos de cada documento redigido na Cúpula da Terra.

Embora a Agenda 21 tenha tido destaque nessa Conferência, a adoção à Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança no Clima também teve sua importância. Foi o ponto de partida para combater problemas relacionados ao clima, entrando em vigor em 1994. “[...] a Convenção – Quadro é adotada pela ONU e, no mês de junho, durante a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, ela é aberta a assinaturas [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 17).

A Convenção em relação aos problemas climáticos foi estabelecida com objetivo de tomar medidas para amenizar a emissão de gases de efeito estufa, sendo validada por 196 estados participantes. As negociações das regras e políticas relacionadas à Convenção do Clima aconteciam anualmente em reunião com os países participantes, na Conferência das Partes (COP)⁴. A COP objetiva, segundo o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2017a, p. 1) “[...] manter regularmente sob exame e tomar as decisões necessárias para promover a efetiva implementação da Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos que a COP possa adotar”. Além disso, competem a COP outras medidas.

a) Examinar periodicamente as obrigações das Partes e os mecanismos institucionais estabelecidos por esta Convenção;

²AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenações de Publicações, 1995.

³ As 4 seções da Agenda 21 tratam de: Aspectos sociais e econômicos: as relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, dívida externa, consumo e população; Conservação e administração de recursos: as maneiras de gerenciar recursos físicos como Terra, mares, energia e lixo para garantir o desenvolvimento sustentável; Fortalecimento dos grupos sociais: as formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para sustentabilidade; Meios de implementação: financiamento e papel das organizações governamentais e não governamentais.

⁴Conferência das Partes (COP) - Órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais.

- b) Promover e facilitar o intercâmbio de informações sobre medidas adotadas pelas partes para enfrentar a mudança do clima e seus efeitos;
- c) Promover e orientar o desenvolvimento e aperfeiçoamento periódico de metodologias comparáveis, a serem definidas pela Conferência das Partes para elaborar inventários de emissões de gases de efeito estufa por fontes e de remoções por sumidouros;
- d) Examinar e adotar relatórios periódicos sobre a implementação desta Convenção (BRASIL, 2017b, p. 1).

Quadro 1 – Objetivos dos documentos redigidos na Cúpula da Terra

Documentos redigidos na Cúpula da Terra	Objetivos
Declaração de Princípios sobre a Terra	Somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela Natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.
Convenção sobre Diversidade Biológica	Conservar a diversidade biológica, utilizar de forma sustentável os seus componentes e a repartir de maneira justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.
A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês).	Estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa atmosfera em nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e permitindo ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.
Agenda 21	Promover um desenvolvimento sustentável em todo o mundo, ou seja, uma forma de extração dos recursos da natureza para garantir o sustento do mundo atual sem prejudicar as gerações futuras.
Declaração sobre o Rio	Estabelecer uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à inclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza interdependente e integral da terra, nosso lar.

Fonte: (Brasil, 2017c).

Em 1995, em Berlim, surgiu a proposta de um protocolo para que os países reunidos tomassem atitudes firmes com referência ao alívio do efeito estufa, quando se reuniram representantes de 117 países. Conforme Ribeiro (2012, p. 17):

A ideia de um protocolo multilateral, que fixasse procedimentos concretos em relação às mudanças, surge em 07 de abril de 1995, na COP1 United Nations Climate Change Conference (Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima), em Berlim, Alemanha, que deu início a negociações com esta finalidade (RIBEIRO, 2012, p. 17).

Dois anos mais tarde, especificamente, em 1997, foi realizado em Quioto, no Japão a terceira Conferência das Partes (COP3), que gerou o Protocolo de Quioto. Esse documento foi um marco para a preservação do meio ambiente. O Protocolo estabeleceu a necessidades de mudanças nos sistemas energéticos e fontes renováveis de energia e limites às emissões de gases pelos Estados (FLORES, 2012). Segundo Ribeiro (2012, p. 18) “[...] definiram, finalmente, as bases do Acordo para reduzir emissões à média de 5% abaixo dos níveis de 1990 nos países desenvolvidos. Fixou-se o período entre 2008 e 2012, para a obtenção de resultados”. O protocolo somente entrou em vigor em 2005; as partes envolvidas tiveram o período de 2008 e 2012 para comprovar medidas estabelecidas por esse documento. No entanto, o protocolo tem validade até 2020.

Vários países não aderiram ao Protocolo de Quioto; os Estados Unidos, um dos maiores poluentes do mundo, não adotaram o documento, argumentando que afetaria no desenvolvimento da economia do país. Segundo Ribeiro, os Estados Unidos tinham seus motivos para não ratificar o protocolo.

[...] a dissidência dos Estados Unidos não abalou essa revolução histórica. O posicionamento geral norte-americano e sua firme oposição a Kyoto são compreensíveis. Deve-se ao fato de que ostenta o mais elevado percentual das emissões mundiais de CO₂. O seu índice atual alcança o patamar de 36,1%. Para cumprir o Protocolo, calcula-se que as suas reduções teriam que ser de 5,2% até 2012 (RIBEIRO, 2012, p. 18).

Estudos apontam que o Protocolo de Quioto obriga os países desenvolvidos a diminuïrem as emissões de gases. Considerando o alto nível de industrialização, são eles os maiores lançadores de gases na atmosfera. Já os países emergentes não são obrigados a reduzir as emissões de gases de acordo com os dados do protocolo, porém devem se importar também em combater o aquecimento global.

Ao todo foram realizadas 21 COP sobre o clima, sendo que a última foi realizada em dezembro de 2015, cujo objetivo foi estabelecer um novo acordo com medidas de reduzir as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). Conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2017d, p. 1) “[...] O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais”, e, esse acordo sucederá o Protocolo de Quioto, iniciando em 2020.

O acordo foi aprovado por representantes de 195 países parte da UNFCCC. Mas, para o documento ter vigência, será necessário que ele seja validado por no mínimo 55 países que se comprometam por 55% das emissões de gases de efeito estufa. As assinaturas foram aprovadas em Nova York em uma cerimônia. O documento foi aberto para assinatura formal em 22 de abril de 2016 e terá validade até 21 de abril de 2017 (BRASIL, 2017e).

Dez anos após a reunião Cúpula da Terra, a ONU, através da Resolução nº 44/228⁵ de 1989, foi realizada a Conferência Rio + 10, desta vez em Johannesburgo, África do Sul, no qual foram discutidos os aspectos sociais, com o objetivo de buscar medidas para reduzir o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Como afirma Flores (2012, p. 29) “em decorrência, consagram a luta contra a pobreza e recomendam uma política demográfica; reconhece a responsabilidade dos países industrializados como os principais causadores dos danos ocorridos ao meio ambiente mundial”.

Esse evento teve também como um de seus principais objetivos, avaliar os acordos e convênios ratificados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, em particular, a Agenda 21, e, um possível, o esboço dos próximos passos para implementação completa desses documentos. Porém os resultados mostrados em Johannesburg foram pequenos e, em alguns casos houve retrocessos Little et al (2003).

Vinte anos depois da Rio 92, o Rio de Janeiro sediou novamente uma reunião organizada pela ONU, a Rio + 20 em 2012, realizada em junho do mesmo ano. Essa Conferência foi aprovada em 2009 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua 64ª Sessão e teve como principal objetivo “[...] a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes” (RIO + 20, 2017, p. 1).

Foram analisadas na Conferência Rio + 20 as medidas estabelecidas na COP de 2011 em Durban, na qual se objetivava a progressão das metas com mais agilidade. A COP de acordo com Flores (2012, p. 59):

[...] apresentou como resultado a manutenção do Protocolo de Kyoto até dezembro de 2017, ou dezembro de 2020, cuja decisão ficará a cargo do Grupo Ad Hoc que se reunirá ao longo de 2012, mas sem a participação da Rússia, Japão e Canadá. Também foi criado o Fundo Verde do Clima, para financiar ações dos países em desenvolvimento de mitigação e adaptação. Foi acordado estabelecer um novo acordo global até 2015.

⁵ Resolução nº 44/228 - Resolução 44/228 da Assembleia Geral, de 22 de dezembro de 1989, sobre a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Contudo, a expectativa para essa decisão foi o avanço total na realização dessas medidas sem esperar 2015 ou 2020. A oscilação que os países executaram durante esses 20 anos desde 1992 e 2012, com as modificações resultantes desses empenhos integram um relevante começo na organização dessa decisão. Porém não se deve insistir na mesma regra dos termos de vinte anos atrás (RIBEIRO, 2012).

2.2 AS QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL

Identifica-se que o Brasil é um país com um sério problema em relação às questões ambientais e uma série de fatores contribui para que isso ocorra. O país deteriora-se com os lixos nucleares, produzido pelas usinas nucleares responsáveis por gerar energia. A depredação ambiental brasileira é muito preocupante, a nação declina com a produção de petróleo, o vazamento de óleo atinge as costas marítimas, com ênfase nas refinarias, lavagens de navios petroleiros, a exploração de petróleo na plataforma continental, sem contar com a poluição do Pre-Sal⁶. Existem também os lixos nos rios gerados pelas indústrias, afetando os manguezais, o que prejudica a vida de várias espécies (vegetais e animais). Os manguezais sofrem sobre essa e outras formas de ameaças, por exemplo, o crescimento desregrado de aterros para a construção urbana e a retirada de madeiras pela devastação humana. Outro fator relevante que afeta o meio ambiente é o desmatamento das nascentes dos rios com queimadas de madeiras para produção de carvão, isso prejudica sem dúvida no volume desses rios e no ciclo hidrológico, um exemplo, é o rio São Francisco que sofre essa desolação (LIBÓRIO, 2014).

Estudos apontam que as questões ambientais brasileiras surgiram há muito tempo. Constata-se que no século XIX casos relevantes no que se refere ao meio ambiente ocorreram nesse período, em 1808 foi criado o Jardim Botânico no Rio de Janeiro; em 1850 foi determinada a Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850 de Dom Pedro II proibindo a exploração florestal de terras descobertas, porém a Lei foi desprezada; em 1876 é proposta a criação de parques nacionais; em 1891 é criada reserva florestal no Acre pelo Decreto 8.843, todavia só foi implantado em 26 de julho de 1911; e em 1896 foi criado o primeiro parque estadual em São Paulo.

⁶ Pré-Sal – Área de reservas petrolíferas encontrada sob uma profunda camada de rocha salina, que forma uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho.

Os acontecimentos ambientais desenfreadaram-se e no século XX na década de 20, o pau-brasil⁷ foi considerado quase extinto pela grande devastação que ocorreu na época. Em 1932 foi realizada a primeira conferência brasileira de proteção ao meio ambiente. Dois anos mais tarde, o anteprojeto de código florestal através do Decreto 23.793 transforma-se em Lei e é criado o Parque Nacional de Itatiaia. Em 1939, foi criado o Parque Nacional do Iguaçu.

Em 1961 o pau-brasil foi denominado símbolo nacional, dez anos depois surge à criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN), no ano seguinte ocorreu a Conferência de Estocolmo e o Brasil foi líder dos países subdesenvolvidos para que não aceitassem a Teoria do Crescimento Zero⁸ proposto pelo Clube de Roma⁹ e em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do interior (MININT)¹⁰. Em 1981 é instituído o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pela Lei 6.938/81, o CONAMA é deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90 (BRASIL, 2017f).

A Constituição Federal (CF), em 1988, cria o artigo 225, frisando que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-los para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2008, p. 143).

Em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), tornando-se líder da administração nas questões ambientais nacionais. Compreende ao MMA “[...] secretarias que tratam de mudanças climáticas e qualidade ambiental, biodiversidade e florestas, recursos hídricos e ambiente urbano, extrativismo e desenvolvimento rural sustentável e cidadania ambiental” (BRASIL, 2011, p. 12). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente a sua criação tem como dever a missão de:

[...] promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e

⁷ Pau Brasil – árvore de até 30m que outrora habitava no litoral brasileiro, do Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro, e hoje em dia é bastante rara. O nome do Brasil se deu por origem dessa árvore.

⁸ Teoria do Crescimento Zero – Dispõe-se o crescimento econômico Zero. Atuou de modo decisivo, o debate na Conferência de Estocolmo.

⁹ Clube de Roma - É um grupo composto por mais de 100 pessoas ilustres de 30 países que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

¹⁰ Ministério do Interior - Órgão da Administração Central do Estado ao qual compete, em geral, promover, de acordo com as diretrizes do Governo, a formulação, coordenação e execução da ordem e da segurança interna, controle da entrada, permanência, residência e saída de estrangeiros, execução das medidas privativas da liberdade e garantia do exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade (BRASIL, 2017g, p. 1).

O Ministério está agrupado em dez órgãos colegiados. O Quadro 2 apresenta os órgãos colegiados que estão ligados ao MMA e as suas funções.

Em 1992, ocorreu a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. E em 1996 iniciou no Brasil a construção da Agenda 21 brasileira seguindo as diretrizes da agenda 21 global (redigida na Conferência da Cúpula da Terra em 1992). Como afirma Little et al. (2003, p. 93) “[...] em abril de 1996, foi realizado em Brasília o I Workshop Preparatório da Agenda 21 no Brasil [...]”. Este documento foi criado a partir de uma consulta ampla a população brasileira, tornando-se de suma relevância para a construção da democracia colaborativa e da cidadania ativa no país, o seu processo se deu de 1996 a 2002, mas a sua implementação ocorreu em 2003 liderada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e Agenda 21, foi elevada ao Plano Plurianual (PPA) ¹¹ 2004-2007 pelo governo da época. Little et al. (2003, p. 94) ressalta que:

[...] a internalização da Agenda 21 nas políticas públicas no Brasil está estruturada em compromisso firmado entre a CPDS e o Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão para que as estratégias pactuadas com diferentes atores sociais durante a elaboração da Agenda 21 do Brasil constituam-se em base para a elaboração do Plano Plurianual.

O Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2017h, p. 1) afirma que a Agenda 21 Brasileira “[...] é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico”.

O Brasil vem buscando melhorias referentes ao meio ambiente, visando que é possível conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, para isso o país vem ampliando nas últimas décadas as ações ambientais para a sustentabilidade em longo prazo. Atualmente, o Brasil é um dos atores fundamentais da agenda global de assuntos ligados ao meio ambiente (BRASIL, 2011).

Não obstante dos avanços que o Brasil apresentou, o país ainda está distante de solucionar seus numerosos impasses ambientais. A execução de contaminação e danos ambientais, nos anos 90, foi bastante frenética, e as atuações em benefícios ao meio ambiente continuam sendo frágeis perante as forças de desenvolvimento ambiental degradante, na

¹¹ O Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes.

maioria das vezes incentivadas pela intensa procura procedente dos mercados nacionais e internacionais (LITTLE et al. 2003).

Quadro 2 – Representação dos órgãos colegiados do MMA

Órgãos Colegiados	Função
Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA)	Delibera e aconselha o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ)	Coordena e articula as ações da política nacional integrada para a Amazônia, em conjunto com os governos estaduais e municipais.
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água e articula a integração das políticas públicas no Brasil.
Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente	Aprova diretrizes de atuação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).
Conselho de Gestão do Patrimônio Genérico (CGEN)	Normatiza sobre as autorizações de acesso e remessa e patrimônio genético.
Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOR)	Delibera regras de gerenciamento das florestas públicas em regime de concessão.
Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR)	Está ligado aos objetivos do Programa Nacional de Floresta (PNF).
Comitê Gestor do Fundo Nacional de Mudanças de Clima	Financia projetos, estudos e empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação a seus efeitos.
Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD)	Consultivo e deliberativo é composta por 44 representantes de setores da sociedade civil, dos governos e do setor produtivo.
Comitê Gestor do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FRNB)	Tem natureza financeira e se destina a apoiar ações e atividades que visem valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados e promover o seu uso de forma sustentável.

Fonte: (BRASIL, 2011, p. 12-13).

Tendo em vista esses acontecimentos no decorrer desses anos, é possível perceber o grande passo que as organizações governamentais e não governamentais deram com a adesão a estratégias que visem em melhorias na gestão ambiental. Como afirma Valverde (2008, p. 13):

Percebe-se o surgimento de um consenso quanto à necessidade e importância do meio ambiente como um bem estratégico, recurso essencial à produção da vida humana, fundamental para o desenvolvimento sustentável das nações. Verifica-se mundialmente a crescente preocupação em se definir uma estratégia de análise que possua uma visão integral de desenvolvimento e que conceitualize uma gestão moderna do meio ambiente.

Saber governar as instituições com consciência dos deveres que correspondem à gestão ambiental é de suma importância para um ambiente saudável. Essas questões agregam

valores e é importante que as empresas adotem hábitos que elevem o conhecimento em relação ao meio ambiente.

Existe, hoje, um grande número de organizações que possuem setores voltados para as questões ambientais da empresa e, portanto, a qualificação própria para a gestão ambiental, como o uso racional de matérias primas, insumos, energia, água e ar (VALVERDE, 2008).

3 A HISTÓRIA DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

Quando as pessoas são admitidas em alguma instituição pública que tem implantada o programa A3P, ao se depararem com a sigla, isso pode parecer irrelevante em um primeiro contato, mas para aquelas pessoas que buscam conhecer o seu significado, elas têm a percepção da sua importância dentro de qualquer repartição pública. A A3P é uma ferramenta importante para as instituições, porque traz políticas que agregam ações de melhoria referente ao meio ambiente no âmbito organizacional. O programa visa buscar melhorias nas condições ambientais presentes nas organizações e também na melhor qualidade de vida para os funcionários dessas instituições, está ligada ao bem estar ambiental, social e econômico. A criação do símbolo da Agenda Ambiental na Administração Pública surgiu com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as questões socioambientais presentes na administração pública e até mesmo no mundo. A Figura 1 mostra o símbolo representativo A3P.

Figura 1: Símbolo que representa a A3P



Fonte: (A3P, 2009).

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) se iniciou como um projeto do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no ano de 1999, a fim de buscar a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novas estratégias de sustentabilidade ambiental nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) da administração pública. Em 2001, foi criado o programa da A3P com o objetivo de sensibilizar os gestores públicos sobre a relevância das questões ambientais,

incentivando os mesmos a rever os princípios e critérios na gestão ambiental em suas atividades rotineiras. No ano seguinte, o programa foi aprovado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) pelo seu excelente desenvolvimento, ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente (A3P, 2009).

Através da Portaria 221/2004, foi instituída a Comissão Gestora da A3P e desde então foram realizados nove fóruns nacionais sobre o tema. O primeiro fórum foi realizado em 2005 junto com o Tribunal de Contas da União – TCU. Focou no assunto da “Licitação Pública Sustentável”, foi discutida a necessidade de criarem políticas públicas de gerenciamento ambiental para toda a Administração Pública. Nesse mesmo ano foi criado um canal para a comunicação, nomeado “Rede A3P”, por meio dos órgãos públicos, a fim de proporcionar o intercâmbio técnico, divulgar as informações referentes a assuntos importantes à A3P, a sistematização de dados e informações referentes à execução ambiental das organizações, incentivar e promover programas de formação e mudanças administrativas, autorizando a troca de experiências (A3P, 2007).

Por sua importância a A3P foi inserida no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007, tendo continuidade 2008/2011. Essa medida possibilitou a implantação efetiva da A3P, que a tornou um referencial de sustentabilidade na administração pública. Em 2007, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS), da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). No mês de maio de 2008, o Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria nº 61/08 que “estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas”. Em julho do mesmo ano, o MMA publicou a Portaria nº 217/08, que institui o “Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente”. Com isso a A3P foi consolidada enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo e passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo compromisso governamental ante as atividades da gestão pública, englobando critérios ambientais, sociais e econômicos a tais atividades (A3P, 2009).

O primeiro Prêmio A3P ocorreu em 2009 e premiou as instituições que obtiveram as melhores práticas sustentáveis. As categorias destacadas foram: Gestão de Resíduos; Uso Racional dos Recursos Naturais – Melhor Gestão da Água; Uso Racional dos Recursos Naturais – Melhor Gestão de Energia; e Inovação da Gestão Pública. Na página seguinte a Figura 2 mostra o histórico de avanços A3P desde a sua criação em 1999 ao ano 2010.

Figura 2: Representação do histórico de avanços A3P.



Fonte: (Brasil, 2017g)

O Prêmio “Melhores Práticas da A3P” é um reconhecimento nacional de projetos modelo que acontece desde 2009. Tem o dever de reconhecer os projetos implementados, que busca visibilizar os projetos e incentivar outras instituições adotarem à A3P. A premiação ocorre a cada dois anos (BRASIL, 2017i).

A figura também mostra o Relatório anual de Atividades que está ativo desde 2010 e que estabelece uma análise da A3P tendo base em um Relatório de Monitoramento, que é preparado anualmente pelos parceiros e que tem por referência o Plano de Trabalho das instituições parceiras. Através desse relatório é avaliado o desempenho A3P, a sua entrega anual consta no Termo de Adesão¹². O Relatório de Monitoramento é encaminhado à A3P em formato digital através da Responsabilidade Socioambiental (RESSOA), a plataforma responsável por receber e manter os dados referentes ao monitoramento do consumo de recursos dos órgãos públicos (BRASIL, 2017j).

Compete à A3P estimular a reflexão dos órgãos públicos na criação de ações que gerem responsabilidades socioambientais na adoção de práticas e princípios sustentáveis como parte de uma nova política governamental. Isso significa levar a conscientização das questões ambientais para essas organizações, gerando assim um crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, através das mudanças socioambientais na gestão pública.

A Agenda foi criada para ser executada na administração pública, no entanto pode ser vista como referência de controle socioambiental por outras partes da sociedade. É fundamentada pelos documentos da Agenda 21 (capítulo IV) e a Declaração do Rio (no Princípio oito), redigidos na Cúpula da Terra, em 1992. Está também embasada na Declaração e Plano de Implementação de Johannesburgo¹³, em 2002.

A criação da A3P teve seu Marco Legal. O Quadro 3 indica quais aspectos legais se inserem a sua criação.

¹² Termo de Adesão - MMA-A3P/2015, que entre si celebram a união, por intermédio do ministério do meio ambiente, e o conselho nacional do ministério público, para os fins que se especifica. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Minuta_do_Termo_de_Ades%C3%A3o_A3P_CNMP_MMA.pdf.

¹³ Declaração de Johannesburgo - Documento redigido na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Johannesburgo. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc. Acesso em: 23 fev 2017.

Quadro 3: Marco Legal A3P

NORMAS LEGAIS	OBJETIVO
Constituição Federal, 1988. O Artigo 225 da CF.	Trata da questão ambiental. O artigo firma o direito da sociedade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e afirma que cabe à coletividade e ao poder Público defendê-lo e preservá-lo.
Lei nº 6.938/81.	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Considerada um marco histórico no desenvolvimento do direito ambiental, a lei estabelece definições legais sobre os seguintes temas: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais. Entre os muitos avanços visando à proteção ambiental destaca-se na Lei a exigência de Estudo prévia de Impacto Ambiental (EIA) e o seu respectivo relatório.
Lei nº 9.605/98.	Lei dos crimes ambientais. Dispõe sobre a proteção efetiva do meio ambiente.
Decreto Nº 5.940/06.	Estabelece a exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Lei Nº 12.349/10.	Altera a Lei nº 8.666/93 (a Lei das licitações). A promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna objetivo das licitações.
Lei Nº 12.187/09	Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Lei Nº 12.305/10	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)
Instituição Normativa Nº 1/2010.	do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) – estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal
ISO 2600	Estabelecem diretrizes sobre responsabilidade social.
Lei Nº 12.462/11.	Estabelece o Regime diferenciado de contratações públicas.
Decreto Nº 7.746/12.	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Instituição Normativa Nº 10/12 do MPOG	Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas
Recomendação CONAMA Nº 12/11.	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.

Fonte: (BRASIL, 2017k).

3.1 CONCEITUANDO A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

A A3P é um programa que visa conscientizar as instituições públicas sobre as questões de sustentabilidade a serem realizadas nestes órgãos. De acordo com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (2001, p. 10) a A3P “[...] identificará o programa que cuida da inserção de critérios ambientais nas áreas de governo, visando minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais”.

Desta forma, os gestores devem criar estratégias nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo. Devem também incentivar os servidores com a realização de ações sobre as questões ambientais, para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. De acordo com Cavalcante (2012, p.195) afirma que: “[...] Há a necessidade de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos [...]”.

A Figura 3 aponta como se adequa às atividades corretas a serem desempenhadas pelos servidores dentro das organizações públicas.

Figura 3- Representação da A3P no ambiente organizacional



Fonte: (A3P, 2001, p. 9).

A cooperação entre os servidores é um ponto positivo para a instituição que implantar a A3P é a garantia de reeducação de atividades que introduzirão as questões ambientais antes não desenvolvidas, com a otimização de recursos e o combate ao desperdício, trazendo mudanças consideráveis para a situação de sustentabilidade ambiental. A reciclagem na coleta seletiva do lixo, a utilização de produtos que sejam ecologicamente responsáveis, a redução de gastos como água e energia e a reutilização, são medidas que trarão um ambiente de trabalho mais saudável.

Impõem-se às instituições que atendam políticas para diminuição da poluição, ao incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício. Essa gestão ambiental é relevante tanto para o planeta como também para esses órgãos que ao se associarem à preservação do meio ambiente, melhorarão a sua imagem (FLORES, 2012).

A A3P está organizada em cinco eixos temáticos:

- a) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: identifica-se na utilização racional de água, energia, papel, o consumo de copos plásticos, entre outros.
- b) Gestão adequada dos resíduos gerados: identifica-se na utilização dos 5R's. Deve-se primeiro reduzir o consumo e combater o desperdício e depois destinar os resíduos gerados de forma correta.
- c) Qualidade de vida no ambiente de trabalho: identifica-se em satisfazer e facilitar as necessidades dos servidores em suas atividades no ambiente organizacional através de ações.
- d) Sensibilização e capacitação dos servidores: identifica-se em fortalecer a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental dos servidores.
- e) Licitações sustentáveis: identifica-se no dever que os órgãos públicos têm de promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras (A3P, 2009).

Os eixos devem ser adotados dentro da instituição que tem implantada a Agenda Ambiental na Administração pública, esse é o caminho para mudar os padrões de redução de impactos socioambientais negativos. A Figura 4 mostra a representação dos cinco eixos temáticos da A3P.

A política adotada foi baseada nos 5R's: reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativas (REVISTA A3P, 2017, p.10).

“Repensar” associa-se à conscientização da necessidade de consumo, os padrões de produção e descarte adotados; “recusar” alternativas de consumir desnecessariamente produtos que causem impactos ambientais consideráveis; “reduzir” está associado a evitar desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que gerem menos resíduos e tenha maior durabilidade; “reutilizar” é uma forma de reaproveitar tudo o que estiver em bom estado. É usar o produto de várias formas, sempre criando e inovando; e “reciclar” associa-se a transformar materiais usados em matérias primas em outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais (A3P, 2007). A Figura 5 ilustra a representação dos 5'R's A3P.

Figura 4: Representação dos cinco eixos temáticos da A3P.



Fonte: (A3P, 2009).

Figura 5: Representação dos 5R's da A3P



Fonte: (SENADO VERDE, 2017, p. 1).

A A3P prioriza como princípios em suas ações a adoção de políticas baseadas nos 5R's. O último R, "recusar" consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos, em proporção elevada, definirá o sucesso de qualquer iniciativa para a inclusão de medidas ambientais no âmbito organizacional (A3P, 2009).

3.2 OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) destaca alguns pontos importantes que vão estabelecer os objetivos da A3P como Agenda:

Promover a reflexão sobre os problemas ambientais em todos os níveis da administração pública; estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos; estimular e promover mudanças de hábitos dos servidores públicos; reacender a ética e a autoestima dos servidores públicos (A3P, 2001, p.11).

A A3P objetiva o estímulo a inclusão da variável ambiental, se inserir em programas de qualidade na administração, para garantir melhores condições no ambiente de trabalho (A3P, 2001).

O MMA, como órgão federal, tem o dever de por em prática alguns critérios importantes para a Agenda, sendo eles:

[...] fazer cumprir a política nacional e as diretrizes fixadas para o meio ambiente; promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre os objetivos, metodologia e implementação da A3P; incentivar ações de combate ao desperdício e à minimização de impactos ambientais, diretos, gerados pela atividade pública; estimular a excelência na gestão ambiental, a qualidade de vida ao meio ambiente de trabalho das instituições e preferência pelos produtos com diferenciais ecológicos nas compras de governo (A3P, 2001, p. 12).

Essa medida servirá como estímulo para os órgãos governamentais para que criem meios racionais e socioambientais de forma sustentável e consciente. Considerando que os órgãos federais, estaduais e municipais mostram consumo excessivo de recursos naturais, é necessário que a administração pública dê o primeiro passo na busca de adoção de novos métodos racionais no consumo e na produção desses recursos.

3.3 COMO IMPLANTAR A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM UM ÓRGÃO PÚBLICO

O processo de implantação da A3P se caracteriza na iniciativa dos gestores em impor métodos dentro das instituições públicas; é preciso estabelecer metas no planejamento de ações educativas e treinamento, mas também o comprometimento dos servidores em desenvolverem suas atividades.

Segundo Valverde (2008, p.12) a gestão ambiental:

[...] consiste na administração do uso dos recursos ambientais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade do meio ambiente e assegurar a produtividade dos recursos e o desenvolvimento social (VALVERDE, 2008, p. 12).

A administração pública tem que estar em compromisso com a decisão de combater impactos ambientais derivados de suas atividades. Se colocado em prática, o planejamento que direciona ações educacionais e treinamento, certamente haverá melhores condições de trabalho e o objetivo com o meio ambiente será alcançado (A3P, 2001).

No âmbito do setor empresarial, a responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito que expressa a decisão de contribuir voluntariamente em prol de uma sociedade melhor e um meio ambiente mais equilibrado e sadio. Os compromissos assumidos de forma voluntária pelas empresas vão além das obrigações legais, regulamentares e convencionais que devem obrigatoriamente ser cumpridas. As empresas que optam por investir em práticas de responsabilidade social elevam os níveis de desenvolvimento social, proteção ao meio ambiente e respeito aos direitos humanos e passam a adotar um modo de governança aberto e transparente que concilia interesses de diversos agentes em um enfoque global de qualidade e viabilidade (A3P, 2009, p. 21).

A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, a ECO-92, sacramentou em termos mundiais a preocupação com as questões ambientais, reforçando os princípios e as regras para o combate à degradação ambiental, elaborando a Agenda 21, instrumento diretriz do desenvolvimento sustentável. Em face do ordenamento jurídico brasileiro, entende-se ser viável a implantação de uma política de consumo mais sustentável pela Administração Pública de qualidade e viabilidade (A3P, 2007).

De acordo com a A3P (2001, p.15) para a implantação da A3P nas instituições é necessário seguir os pressupostos:

- a) Criação e regulamentação da comissão da A3P: envolvendo servidores públicos de várias repartições da instituição para o acompanhamento de projetos e atividades e para a representatividade institucional;
- b) Diagnóstico da situação: identificação dos pontos críticos e procedimentos, avaliando os impactos ambientais e de desperdício gerados;

- c) Definição de projetos e atividades: a partir do diagnóstico, priorização dos projetos e atividades de mais urgência e relevância;
- d) Planejamento integrado: envolvimento de maior número de colaboradores e áreas de trabalho;
- e) Avaliação: verificação do desempenho ambiental, identificação de pontos de melhoria;
- f) Melhoria contínua: avaliação sistemática, replanejamento e implementação de procedimentos, qualificação e treinamento de recursos humanos, controle e acompanhamento, conhecimento e absorção de novas tecnologias e legislação;
- g) Avaliação de performance ambiental; levantamento de impactos de riscos ambientais, identificação de ações de controle, identificação de indicadores de aprimoramento;
- h) Classificação ambiental: programas de incentivo, premiação e divulgação das melhores práticas ambientais.

Adotar um modelo de implantação da A3P dentro de qualquer repartição não é uma tarefa fácil para a instituição que não conhece o programa. Para tanto, é necessário compromisso e determinação para mudar conceitos que levem à mudança de comportamento sobre questões ambientais no âmbito empresarial.

Conforme a A3P (2001, p. 18), “a missão principal da A3P é sensibilizar a todos os servidores públicos, tanto os da área técnica quanto os da área administrativa”.

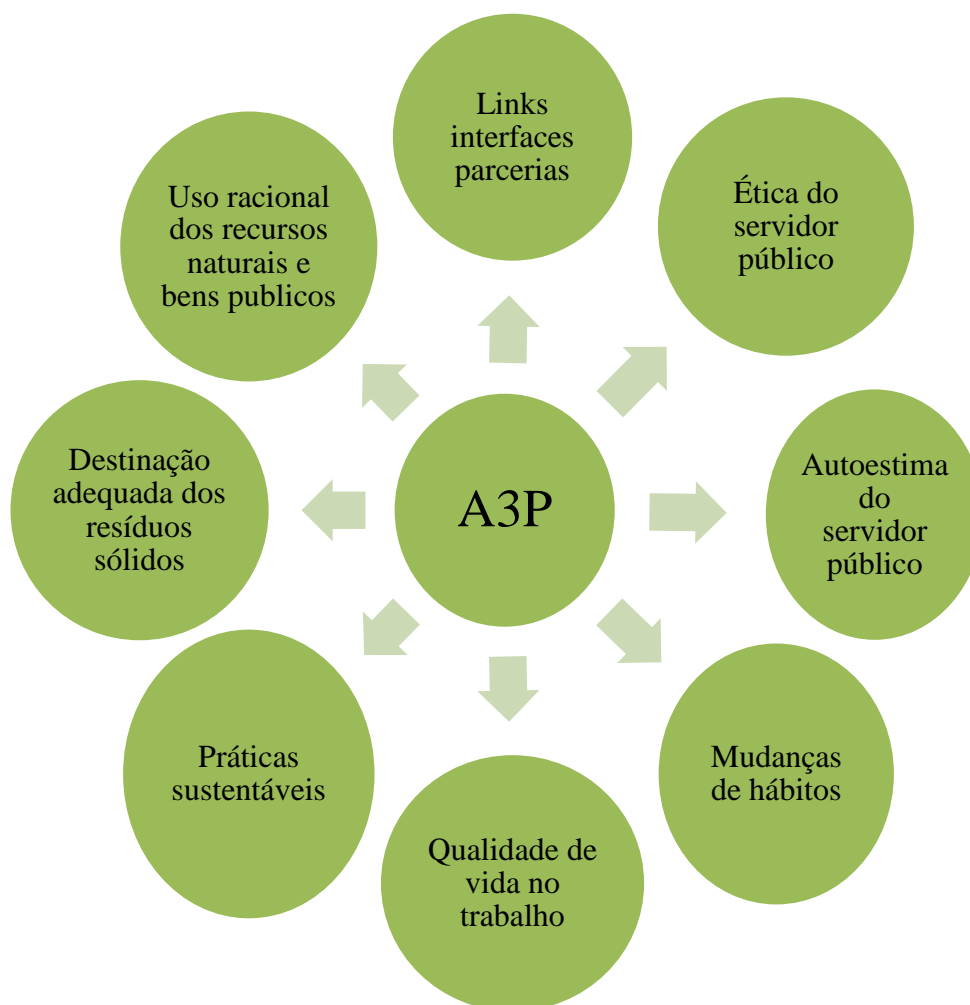
Contudo, é relevante desenvolver uma política de implantação da A3P para sensibilizar os servidores da importância da gestão ambiental, de modo que isso influencie no conhecimento da Agenda e a eleve como fonte positiva para os aspectos sociais, ambientais e econômicos da instituição e/ou até mesmo como fonte positiva do planeta saudável para as futuras gerações.

A escolha de materiais que ajudem no desenvolvimento sustentável devem ser feitas com muita atenção. De acordo com a A3P (2001), a Figura 6 indicará os indicadores de desempenho para o processo de mudança dos órgãos para alcançar um melhor desempenho ambiental e de qualidade de vida no trabalho.

É preciso mudar algumas ações dentro da instituição para o alcance do desempenho ambiental e de melhor qualidade de vida no âmbito organizacional.

Os materiais que influenciam o uso racional dos recursos naturais e bens públicos são: móveis, material de expediente (papel, canetas, marcadores de texto, tesoura, cliques,), produtos químicos, veículos e acessórios, material de construção, equipamentos eletroeletrônicos, produtos alimentícios, produtos farmacêuticos e produtos hospitalares. É essencial a escolha adequada desses bens e a destinação correta para o alcance do objetivo da implementação da A3P no estabelecimento.

Figura 6: Representação dos indicadores de desempenho



Fote: (A3P, 2001, p. 19).

Ressaltando a CF no artigo 225, que destaca que as instituições públicas e a sociedade devem cuidar do meio ambiente e mantê-lo equilibrado para o bem de todos. Considerando essa questão, é possível a sensibilização e desenvolvimento de mudanças no órgão.

A instituição que segue boas práticas no gerenciamento de sustentabilidade recebe o Selo de Sustentabilidade na Administração Pública. O Selo tem como finalidade certificar o reconhecimento e disseminação de hábitos de gestão fundamentada em conceitos de desenvolvimento sustentável, inserida pela gestão pública (BRASIL, MMA, 2017). A Figura 7 traz a representação do Selo de Sustentabilidade na Administração Pública.

Figura 7: Representação Selos de sustentabilidade na Administração Pública



Fonte: (BRASIL, 2014).

O Selo Verde representa o reconhecimento pelo empenho das instituições na implementação da A3P, mediante a adesão formal ao programa; o Selo Prata é conquistado através do cumprimento da entrega do relatório anual de implementação da agenda, conjecturado no termo da adesão; e o Selo Laranja, o Ministério do Meio Ambiente atribui o para destacar as instituições públicas como vencedoras do Prêmio de Melhores Práticas da A3P (BRASIL, 2017I).

Conforme o MMA (2017, p. 1) “Ao final do processo de avaliação, as instituições públicas que conquistarem o Selo de Sustentabilidade da Administração Pública receberão um diploma de outorga e a autorização para o uso da logomarca do selo conquistado”.

3.4 A ADESÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

Tendo em vista que qualquer órgão da administração pública pode implantar a A3P, a UFS teve como iniciativa promover ações de gestão ambiental para o melhoramento na instituição, para isso foi necessário que a Universidade enviasse um planejamento detalhado para o MMA citando as metas pretendidas nos eixos temáticos propostos pelo programa da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A parceria para a implantação da A3P

na instituição foi efetivada por mediação do vice-reitor e do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA). Segundo a Cartilha A3P:

[...] Para auxiliar o processo de implantação da agenda o Ministério do Meio Ambiente propõe aos parceiros interessados a sua institucionalização por meio da assinatura do Termo de Adesão que tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda (COMO IMPLANTAR A A3P, 2017, p. 12).

Deste modo, a UFS deu entrada ao processo de adesão da A3P no dia 29 de abril de 2015 por intermédio do vice-reitor e do NGA (PORTAL UFS, 2015). A Universidade recebeu o certificado de adesão da A3P alguns meses depois. Segundo Elisiane Carra Tunes, chefe do gabinete do vice-reitor, a UFS desenvolve quatro dos cinco eixos temáticos da A3P:

- a) O uso racional dos recursos: nesse eixo será analisado o consumo em relação a energia, água e telefonia, por exemplo;
- b) Gestão adequada dos resíduos gerados: foi elaborado um edital para a coleta e tratamento de quaisquer restos de materiais produzidos em todos os campi da universidade, sejam eles químicos, biológicos, hospitalares, orgânicos ou comuns. Outro projeto dentro desse eixo é a criação, com colaboração da empresa júnior de publicidade da UFS - a Agência Oficina, de uma campanha efetiva de coleta seletiva para a comunidade acadêmica;
- c) A qualidade de vida no trabalho: para esse eixo, será feita uma pesquisa de percepção da comunidade acadêmica sobre o ambiente e como pode ser melhorado no ambiente de trabalho: poluição sonora, ruídos, iluminação, entre outros fatores que possibilitam melhores condições de trabalho;
- d) Licitações sustentáveis: são feitas análises de especificações; para isso foi iniciado o processo com 15 itens de material de construção e 15 itens de equipamento, com o objetivo de perceber se eles são sustentáveis, se estão dentro do padrão de sustentabilidade (PORTAL UFS, 2015).

A aprovação do projeto proporcionou a obtenção do Selo Verde do Programa, com estimativa para o avanço dos Selos Prata e Laranja, vai depender do progresso da implantação do plano de metas. A avaliação é feita pelo MMA anualmente, de acordo com análises de dados estabelecidos enviados pela instituição participante (PORTAL UFS, 2015).

3.5 A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL (NGA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

Considerando que é dever da UFS adotar políticas relacionadas à sustentabilidade socioambiental que vise melhorias no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão ambiental, foi criado o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), para garantir o desenvolvimento sustentável dentro da Universidade. A criação do Núcleo e nomeação do coordenador foi aprovada pela Portaria 2202 em 20 de outubro de 2014, contudo, o Regimento Interno do NGA somente ocorreu em 2016, através da Resolução Nº 03/2016/CONSU.

Durante os dois anos de 2014 e 2016 de acordo com o Coordenador o Núcleo apesar de ser regimentado somente em 2016, o NGA já atuava nas diferentes Gestões que estão discriminadas no Regimento. Conforme o Regimento Interno no Art. 2º:

O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) é vinculado à estrutura da Reitoria e subordinado ao Gabinete do Vice-Reitor e poderá ser composto por servidores lotados em diferentes entes administrativos (diretorias, pró-reitorias, departamentos e coordenadorias) para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

De acordo com o Coordenador do NGA, o Núcleo tem se consolidado a cada ano, com os resultados positivos obtidos nas diferentes áreas em que está atuando. O NGA, ao ser criado, absorveu o Programa UFS Ambiental¹⁴ e ampliou sua área de abrangência para além da coleta seletiva. Entre os diferentes programas e ações em andamento, existe: a Gestão de Resíduos, atendendo à Lei 12.305/2010. Está sendo realizada, continuamente, a coleta de quase todos os tipos de resíduos (hospitalares, biológicos, químicos, pilhas e baterias, cartuchos e *toners*, além dos orgânicos e restos de biomassa); e a Gestão de Flora e Fauna no qual está sendo implantado um programa de redução da emissão de CO₂ pela comunidade acadêmica, mediante ações de sequestro de carbono, associado aos programas de revitalização da arborização nas áreas de todo o Campus, campanhas de conscientização para sensibilizar as pessoas a, entre elas, utilizar a bicicleta, a carona amiga e deixar o carro em casa.

Compreende ao NGA no Capítulo I que trata das disposições preliminares de acordo com o Regimento:

Art. 1º Este Regimento Interno estabelece as normas de funcionamento e estruturação do Núcleo de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Sergipe, considerando que é dever da Universidade:

I. Estimular, promover e apoiar a sustentabilidade socioambiental, através de atividades de ensino, pesquisa, extensão;

¹⁴ Programa UFS Ambiental foi instituído pela portaria Nº 0420, de 23 de fevereiro de 2012 como um programa com a finalidade de conduzir as ações relacionadas à coleta seletiva na UFS.

- II. estabelecer mecanismos de fomento ao desenvolvimento de projetos nas áreas socioambiental e de gestão da Universidade;
- III. desenvolver ações conjuntas entre a Administração Central, Administração dos Campi, Unidades, Órgãos e Comunidade da UFS, de modo a assegurar uma gestão ambiental integrada e eficaz;
- IV. promover a gestão compartilhada e integrada de resíduos;
- V. estabelecer política interna de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, visando estimular a implantação de práticas sustentáveis em todos os seus setores;
- VI. prover condições adequadas de mobilidade; e
- VII. atender e fazer cumprir as diretrizes prescritas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Nota-se que dentre as atividades que o NGA desenvolve dentro da Universidade está integrado o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o Núcleo é responsável em fazer cumprir as diretrizes estabelecidas no programa como indica no Capítulo I, Art. 1º, inciso VII da Resolução.

Conforme com o Coordenador do NGA, a UFS implantou o programa A3P em agosto de 2015 e tem validade até 2020.

Conforme o Regimento Interno do NGA Capítulo XIII sobre Gestão da A3P compete a Agenda:

- Art. 13. A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P também busca:
- I. Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
 - II. promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
 - III. contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
 - IV. reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; e,
 - V. contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Ainda de acordo com o Coordenador, a aplicabilidade a A3P dentro da UFS vem sendo desenvolvida diretamente pelo NGA, sendo o setor responsável pelo programa. Todavia, por causa da dimensão dos eixos temáticos, outras áreas administrativas da UFS atuam direta ou indiretamente na definição e cumprimento das diferentes linhas em cada um dos eixos. As áreas relacionadas são: Gabinete do Reitor, Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Superintendência de Infraestrutura (INFRAUFS), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), dentre outras. Também afirmou que a Universidade cumpre os eixos temáticos propostos no programa:

- a) Uso racional de recursos naturais e bens públicos: esta prática é estabelecida juntamente com a PROPLAN e a INFRAUFS;
- b) Gestão adequada de resíduos gerados: é de responsabilidade do NGA e a INFRAUFS;

- c) Qualidade de vida no ambiente de trabalho: praticamente todas as ações são geridas pela área de Saúde e Segurança no Trabalho, tendo somente o apoio do NGA;
- d) Sensibilização e capacitação dos servidores: fica sob a responsabilidade da PROEX e os setores de treinamento a ela ligados. O NGA eventualmente promove capacitação de servidores em caráter específico, como os servidores da limpeza e a coleta e descarte adequado dos resíduos. Anualmente, envia à área de treinamento as demandas por capacitação envolvendo as ações do NGA;
- e) Licitações sustentáveis: o NGA auxilia na definição, junto com a área de licitações, dos parâmetros de sustentabilidade a ser adotado em Editais de Licitação. Por exemplo, a implantação de logística reversa na aquisição de bens que contemplem essa estratégia.

A estrutura do NGA é composta pelo coordenador e as comissões, dentre elas, está a Comissão A3P, prevista no inciso V do Art. 3º da Resolução. Segundo o Coordenador, a Comissão Gestora da UFS é composta por onze membros, sendo que todos são funcionários da Universidade. Após a escolha dos membros participantes, o mandato dura um ano, sendo que pode se prorrogar por mais um, chegando a um tempo máximo de dois anos. A Comissão tem o compromisso de se reunir oficialmente uma vez por ano e a qualquer hora/dia, dependendo da necessidade. A Comissão discute as estratégias para cumprimento dos eixos temáticos e avalia se as metas estabelecidas foram cumpridas.

Em conformidade com o Coordenador do Núcleo, o NGA é independente da Agenda Ambiental na Administração Pública, porque o NGA tem uma atuação mais ampla do que estabelece a A3P. Além dos cinco eixos temáticos da A3P, o NGA atua na Gestão de Licenciamento Ambiental, Gestão de Flora e Fauna, Gestão de Indicadores de Sustentabilidade e Gestão de Mobilidade. O coordenador afirmou também que a A3P não contribuiu para a criação do NGA, a adesão da A3P que foi em função do NGA. Durante o período de 2014 a 2016 as estratégias de ação do Núcleo foram sendo propostas e confeccionadas, entre elas, a Gestão da A3P. Sendo assim, o NGA já existia e devido às ações que já estavam sendo empreendidas, resolveu-se fazer a adesão à A3P e assim passou a fazer parte do escopo das ações do NGA, constando inclusive no Regimento do NGA.

4 METODOLOGIA

A metodologia vai direcionar quais os caminhos o pesquisador deve percorrer durante a trajetória de toda a pesquisa, nela serão utilizados os métodos e técnicas que trarão a produção do conhecimento sobre o tema abordado. Segundo Oliveira a metodologia é:

(...) o processo que implica na utilização de métodos e técnicas. Portanto, desde a fase inicial em que se escolhe o tema de pesquisa até a fase final com análises dos dados coletados e as considerações, com possíveis recomendações, é o que pode denominar de metodologia (...) (OLIVEIRA, 2011, p.19).

Segundo Gil (2009, p.17) a pesquisa é definida como “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...]”. A pesquisa, logo, vai solucionar problemas desconhecidos e vai exigir um olhar crítico do pesquisador e a reflexão na sua investigação. É possível encontrar vários níveis de pesquisas, mas existem três níveis mais utilizados: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos explicativos.

Sendo assim, esta pesquisa caracteriza-se do tipo exploratória, a qual permite uma investigação da A3P no Centro de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal de Sergipe. Este tipo de pesquisa leva o pesquisador a ter uma visão ampla do fato ou fenômeno estudado. Segundo Oliveira “[...] uma pesquisa exploratória requer um estudo posterior e, normalmente, esse tipo de estudo tem um planejamento mais reflexível, que envolve levantamento bibliográfico análise de documentos, observação de fenômeno e estudo de casos” (2011, p. 154).

Os métodos utilizados para a coleta e análise de dados caracterizam-se na pesquisa documental, pois permitem verificar os documentos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na criação da A3P. Para Martins; Theóphilo (2007, p. 55) “a estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”; pesquisa bibliográfica possibilitou explicar e discutir o tema abordado com base em referências teóricas. De acordo com Martins; Theóphilo (2007, p. 54) “[...] uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congresso, etc [...]”; no estudo de caso, pois, foram utilizadas diferentes técnicas e métodos para possibilitar maior compreensão do objeto de estudo. Segundo Martins; Theóphilo (2007, p.62) “trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real [...]”. Por conseguinte, esta pesquisa tem como caso único (holístico), no qual a pesquisa se concentra no Centro de Ciências Sociais

Aplicadas, ou seja, é feita a análise da pesquisa apenas nos departamentos que compõem CCSA. Conforme Yin (2010, p. 76) “um passo importante no projeto e na condução de um caso único é a definição da unidade de análise (ou o próprio caso)”. Ainda conforme esse mesmo autor, se o estudo examinar apenas a natureza global de uma organização ou de um programa, o estudo de caso é holístico.

E no estudo de campo, no qual se desenvolve um estudo no local através de questionários e observações do fenômeno e fatos para coleta de dados, como destaca Marconi; Lakatos (2010, p.169) “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Quanto a sua abordagem, esta pesquisa desenvolve-se em qualitativa e quantitativa, porque a pesquisa permitiu além das análises estatísticas dos dados encontrados para melhor interpretação dos resultados, fez a observação da realidade de fatos ocorrentes no local pesquisado através de explicações relevantes da análise de dados de maneira descritiva. De acordo com Oliveira (2011, p. 28) abordagem qualitativa é “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo no seu contexto histórico e/ou segundo a sua estruturação [...]”.

Conforme Oliveira (201, p. 43), “para o levantamento de dados, é preciso selecionar instrumentais adequados que preencham os requisitos de validade, confiabilidade e precisão”. As técnicas utilizadas para o procedimento de levantamento de dados foram determinadas quanto à aplicação de questionários fechados para investigar o conhecimento dos servidores do CCSA em relação a A3P.

A aplicação do questionário foi realizada dia 10 de março de 2017 e participaram da pesquisa onze assistentes administrativos (servidores) de nove departamentos que compõem o CCSA. Os departamentos estudados foram: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Informação, Direito, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social e Turismo. Para cada departamento um servidor respondeu ao questionário, exceto Administração e Ciências Econômicas que tiveram dois respondentes para cada departamento, sendo que o último teve um questionário desconsiderado por não ter uma resposta completa.

Os questionários foram aplicados de acordo com a disponibilidade de cada funcionário, levando em consideração que alguns departamentos têm horários diferentes. Os questionários foram respondidos e entregues no mesmo dia da aplicação.

O comportamento dos servidores ao lerem o questionário foi negativo por não conhecer o Núcleo responsável pela gestão ambiental dentro da instituição e desconhecer a A3P. A relação desses servidores com as práticas sustentáveis está associada a não capacitação e sensibilização promovida pela Universidade para incentivar os funcionários a desenvolverem ações referentes ao meio ambiente.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Os dados iniciais apresentados na Tabela 1 mostram o grau de conhecimento dos servidores relativos a A3P. Constata-se que apenas 10% dos participantes conhecem o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). É fundamental a divulgação da A3P para o conhecimento tanto dos servidores dos Departamentos, quanto para o público interno em geral. De acordo com a A3P (2009, p. 26) “[...] a conservação racional dos recursos naturais e a proteção contra a degradação ambiental devem contar fortemente com a participação do poder público”. Partindo desse pressuposto, é possível perceber que a instituição não participa ativamente com as políticas propostas na A3P.

Tabela 1– Conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública no CCSA da UFS segundo os Assistentes Administrativos

Agenda Ambiental na Administração Pública A3P		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	1	10
Não	9	90
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Tendo em consideração a capacitação, o estudo aponta que 100% dos entrevistados afirmaram não ter participado de nenhuma capacitação referente ao programa. Ressaltando que o sistema de implantação da A3P não é uma tarefa fácil, torna-se desafiador no processo de conscientização de gestores e servidores, contudo a conscientização é relevante para o sucesso de qualquer instituição. Para alcançar a sensibilização dos funcionários, é necessário buscar meios estratégicos que esclareçam a importância da adoção de medidas relacionadas problemas com as questões socioambientais e os impactos positivos na adoção dessas medidas para o meio social. O processo ocorre através de palestras, minicursos, fóruns, peças teatrais ou ainda através da mídia. Essa ação trará a sensibilização dos servidores, mas também permitirá maior interatividade dos mesmos (A3P, 2009).

Tabela 2 – Capacitação da A3P no CCSA da UFS segundo os Assistentes Administrativos

Capacitação referente à A3P		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	0	0
Não	10	100
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os servidores afirmaram que nunca participaram dentro da Universidade de nenhum curso, oficina ou palestras com conceitos de sustentabilidade. Constatou-se também que no ano de 2017 no “Curso de Capacitação 2017” dos servidores não entrou nenhum curso de educação com conceitos de sustentabilidade ambiental. É importante destacar que o processo de capacitação vai contribuir para a evolução de competências institucionais e individuais proporcionando oportunidade para os servidores ampliarem ações para uma melhor execução de suas atividades (A3P, 2009).

Tabela 3 – Capacitação com conceitos sustentáveis

Palestras ou oficinas de arte-educação ou cursos de capacitação sustentáveis dentro da UFS		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	0	0
Não	10	100
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante da necessidade que existe dentro das instituições públicas para o gerenciamento correto das questões ambientais presente nas atividades administrativas é relevante que a administração pública crie programas com propósitos para distinguir ações e comportamentos ambientais para a instituição, colaborando para o desenvolvimento sustentável e a participação de todos os setores que integram a instituição com práticas sustentáveis. A Lei 6.938/81 dispõe de políticas nacionais do meio ambiente e trata da Gestão Ambiental do país, por isso a necessidade de criar um programa para gerir as atividades sustentáveis das instituições.

Tabela 4 – Presença do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como fator fundamental no processo de gerenciamento da A3P

Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da (UFS)		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	1	10
Não	9	90
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Tabela 4 aponta a relação do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com os Departamentos do CCSA. O estudo apontou que 10% dos entrevistados conhecem o Núcleo de Gestão Ambiental. 90% desconhecem o Núcleo e as atividades que ele exerce para com a Universidade.

Sobre monitoramento da A3P, 100% dos entrevistados afirmaram não existir monitoramento concernente à A3P. O monitoramento deve ser feito pela Comissão Gestora periodicamente para avaliar o desempenho de atividades com o objetivo de fornecer informações sobre a eficácia e eficiência do projeto. Com isso é possível identificar falhas, pontos de melhoria e reprogramar as atividades que não estão alcançando os resultados esperados (COMO IMPLANTAR A A3P, 2001).

Tabela 5 – Monitoramento do NGA nos Departamentos do CCSA referente à A3P

Monitoramento pelo NGA referente à A3P		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	0	0
Não	10	100
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto a Universidade, estimular os departamentos na preferência por produtos e serviços com diferenças ecológicas, 20% afirmaram que a UFS contribui nesse processo, sendo que 80% afirmaram que a Universidade não contribui. O estímulo da instituição para a preferência por produtos com diferenças consiste nas licitações sustentáveis, quarto ponto dos 5 eixos temáticos A3P, conscientizando e sensibilização dos servidores na preferência por produtos sustentáveis, esses produtos são chamados de eco eficientes; no uso racional de recursos naturais e bens públicos primeiro ponto dos eixos temáticos: na compra de lixeiras para a separação de resíduos sólidos, na distribuição de *squeeze* ou copos duráveis para os servidores, na reutilização e conservação de papéis, uso controlado de materiais de expediente, entre outras formas.

Tabela 6 - O incentivo da Universidade para preferência por produtos e serviços com diferenças ecológicas

O estímulo a preferência por produtos e serviços com diferenças ecológicas		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	2	20
Não	8	80
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

70% dos departamentos afirmam contribuir para as práticas sustentáveis, sendo 30% dessas pessoas que disseram que não cooperam para esse conceito.

Tabela 7 – Contribuição dos Departamentos do CCSA com as políticas sustentáveis

Práticas sustentáveis	Quantidade	Porcentagem
Sim	7	70
Não	3	30
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Referente ao descarte do lixo, apesar de cada departamento possuir lixeiras para a separação entre o lixo orgânico e o lixo reciclável, o estudo aponta que 50% dos departamentos não faz a separação adequada dos resíduos sólidos, mesmo sabendo da sua importância. De acordo com a A3P (2001, p. 40) “a coleta seletiva é um processo de seleção do lixo, e constitui etapa importante na gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos gerados em uma instituição [...]”.

Tabela 8 – Descarte dos resíduos sólidos

O descarte do lixo como reciclável e não reciclável	Quantidade	Porcentagem
Sim	5	50
Não	5	50
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que refere ao uso de materiais de expedientes, notou-se que 90% dos funcionários dizem não existir desperdícios.

Tabela 9 – Utilização adequada de materiais de expedientes

Materiais de expedientes	Quantidade	Porcentagem
Sim	1	10
Não	9	90
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Identificou-se que 50% dos Departamentos não controlam o uso de materiais de expedientes. É fundamental utilizar os materiais de expedientes conscientemente para que não haja desperdícios, mas também é necessário saber se esses materiais são produzidos de fontes naturais não renováveis. O funcionário que utiliza corretamente os bens públicos influencia

outros servidores a agir da mesma forma. “Combater o desperdício é conviver de forma equilibrada com a natureza e fazer economia para os cofres públicos” (A3P, 2001, p. 24).

Tabela 10 – Existência de monitoramento sobre o consumo de materiais de expedientes

Controle ou monitoramento no consumo de materiais de expediente		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	5	50
Não	5	50
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na pesquisa observou-se que o consumo de papel nos Departamentos estudados apresenta pontos positivos, no qual apenas 20% não fazem blocos de anotações para folhas usadas um só lado, mas esse dado ainda pode ser considerado preocupante, pois o ideal é que todos os servidores tenham consciência da sua importância.

Tabela 11 – Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação ao consumo de papel

Prática de confecção de blocos de anotações (com folha A4 usada um só lado)		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	8	80
Não	2	20
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Constatou-se que 30% dos Departamentos do CCSA não possuem impressoras que imprimem frente-verso, sendo que a maioria possui a impressora.

Tabela 12 – Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação a impressão frente -verso

Uso de impressora que imprime frente-verso		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	7	70
Não	3	30
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Concernente à prática de imprimir frente – verso do papel foi identificado que 80% deles têm a prática de imprimir, mesmo não tendo impressora que obtenha essa opção.

É necessário o uso racional de papéis para evitar sérios problemas ao meio ambiente, de acordo com A3P (2001), “uma tonelada de papel requer o corte de quarenta árvores”, “cada tonelada de papel reciclado representa uma diminuição de 3,2 m² de espaço nos aterros sanitários” e “o lixo urbano contém em média, 40% de papéis e papelões usados”. O uso não consciente desse material contribuirá para desequilíbrio ambiental.

Tabela 13 – Contribuição dos Departamentos na prática de imprimir frente-verso do papel A4

A prática de imprimir frente-verso do papel		
	Qualidade	Porcentagem
Sim	8	80
Não	2	20
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O uso de energia elétrica torna-se cada vez mais importante para a sociedade moderna, considerando que o desenvolvimento tecnológico vem aumentando gradativamente, a energia se torna necessária para o conforto e outros atrativos que garantam a boa qualidade de vida das pessoas. Para tanto, é necessário buscar padrões para o consumo de energia de forma sustentável. É preciso atender a geração atual sem afetar as gerações futuras. Isso indica eliminar qualquer forma de desperdícios e procurar alternativas eficientes e seguras para o meio ambiente e o homem. Identifica-se que as instituições públicas são responsáveis por grande parte do consumo de energia elétrica (A3P, 2009).

Tendo essa questão como ponto de vista importante, buscou-se verificar se os funcionários do CCSA cumprem algumas medidas consideradas relevantes em termos de consumo de energia. A Tabela 14 mostra que todos os funcionários desligam monitores e luzes na hora do almoço e fecham as portas quando o ar condicionado está ligado.

Tabela 14 – Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação ao consumo de energia

Prática quanto a: desligar luzes e monitores na hora do almoço e fechar as portas quando o ar condicionador está ligado		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	10	100
Não	0	0
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Notou-se também que 40% deles aproveitam as condições naturais do meio ambiente, sendo que os 60% não tem essa prática, embora aproveitar as condições naturais que o meio ambiente oferece, reduz o consumo de energia consideravelmente.

Tabela 15 – Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação às condições naturais

O aproveitamento das condições do meio ambiente, ventilação e luz solar.		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	4	40
Não	6	60
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

É importante que a instituição promova campanhas de conscientização para o uso de copos individuais não descartáveis e disponibilize copos duráveis para todos os servidores (A3P, 2009). Foi constatado que 50% dos Departamentos têm o hábito de utilizar copos individuais não descartáveis e os outros 50% utilizam copos descartáveis.

Tabela 16 - Contribuição dos Departamentos do CCSA em relação ao consumo de copos

A prática no uso de copos individuais não descartáveis		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	5	50
Não	5	50
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verificou-se também que apenas 30% receberam *squeeze* ou copos do NGA, logo, 70% não receberam. Justifica-se que não há grandes incentivos em relação a essa questão.

Tabela 17 – Distribuição de *squeeze* ou copos não descartáveis para os Departamentos do CCSA

Distribuição de <i>squeeze</i> ou copos pelo NGA		
	Quantidade	Porcentagem
Sim	3	30
Não	7	70
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

6 CONCLUSÃO

Tendo em vista que as questões ambientais ocorrentes no mundo trazem preocupações significativas para todos os setores da sociedade, o desenvolvimento desse estudo permitiu uma análise de como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) está sendo aplicada dentro dos Departamentos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), considerando que a atuação do poder público é necessária na contribuição para os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Os resultados obtidos frente a essas questões mostram como estão sendo administradas as atividades relacionadas à A3P dentro da Instituição.

O estudo mostrou que a maioria dos assistentes administrativos não conhece a Agenda; isso ocorre pela falta de divulgação, sendo fundamental para instituição que tem implantado o programa; promover conhecimento, tanto dos servidores dos Departamentos, quanto do público interno em geral. Assim, percebe-se que não existe incentivo quanto à questão. Observou-se que a maioria dos entrevistados também não tem consciência dos conceitos de sustentabilidade propostos na Agenda, pois não houve capacitação para sensibilizá-los a respeito. Logo, a adoção de práticas sustentáveis torna-se irrelevante para alguns e a prática de estratégias que garantam uma gestão adequada é inexistente para a maioria dos Departamentos.

Observou-se na pesquisa que a falta de conhecimento da maioria dos Departamentos estudados sobre a A3P e a falta de capacitação dos assistentes administrativos, essa é a melhor forma de conscientizá-los a respeito da importância da preservação ambiental, impedem que eles contribuam de maneira suficiente para a adoção de políticas sustentáveis relativas ao programa.

Para um resultado mais amplo com a A3P, é fundamental que se aprofunde em outros setores que compõem a UFS. Além da pesquisa com os assistentes administrativos, é necessária uma pesquisa com os servidores da limpeza sobre capacitação referente à Agenda, seguindo a linha da coleta seletiva de resíduos sólidos, que identifique se existe sensibilização no que concerne a esse termo e observe se existe uma boa qualidade de vida dos funcionários no âmbito organizacional.

Mas também é interessante uma pesquisa englobando a UFS por completo porque os dados coletados serão mais significativos. Além de verificar se a Comissão Gestora A3P é ativa, vai englobar todos os eixos temáticos estabelecidos no programa A3P:

- a) O uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Uma Análise UFS de como são utilizados os papeis, materiais de expedientes, o abastecimento de água e energia e como são geridos pela instituição;
- b) A gestão adequada dos resíduos gerados. Verificar se esses materiais são geridos corretamente e se há um planejamento para a coleta desses resíduos de forma que não prejudique o meio ambiente;
- c) A qualidade de vida no ambiente de trabalho. Comprovar se os servidores têm boa qualidade de vida no ambiente de trabalho, se existe poluição sonora, ruídos, iluminação adequada, um ambiente saudável; se esses funcionários sentem-se motivados a realizarem atividades de trabalho diariamente;
- d) A sensibilização e capacitação dos servidores. Investigar se desde a adesão da A3P até a data atual a UFS promoveu cursos com conceitos sustentáveis e
- e) As licitações sustentáveis. Analisar se os produtos e serviços contratados pela instituição são sustentáveis.

Esses resultados serão plausíveis porque identificarão falhas e melhorias na implantação da A3P com mais detalhes. Para tanto, faz-se necessário uma pesquisa com dados qualitativos através de entrevistas para identificar as práticas e pensamentos dos servidores.

Com base nessas informações, a relevância da aplicabilidade da A3P é fundamental para a conscientização dos servidores para as práticas de preservação ambiental dentro da Universidade. Acredita-se que, quando todos passarem a conhecer a importância da A3P dentro da Instituição, se reduzirão, sem dúvidas, de maneira significativa os impactos ambientais.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenações de Publicações, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

AGENDA Ambiental na Administração Pública. **Cartilha A3P**. 5. ed. Brasília: MMA/SDS/DCRS, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

AGENDA Ambiental na Administração Pública. **Comissão Gestora A3P**. 4. ed. Brasília: MMA/SDS/DCRS, 2007. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/images/sustentavel/planos/a3p/Manual_a3p_4ed_rdz.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

AGENDA Ambiental na Administração Pública. **Manual A3P**. Brasília: MMA/SDS/PNEA, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretarias de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A História da A3P**. Disponível em: <[WWW.mma.gov.br/destaques/item/8852](http://www.mma.gov.br/destaques/item/8852)>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Acordos de Paris**. Disponível em: <www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. **Apresentação**. Disponível em: <www.mma.gov.br/o-ministerio-apresentacao>. Acesso: 03 fev. 2017.

_____. **Conferência das Partes**. Disponível em: <www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. **Monitoramento da A3P**. Disponível em: <WWW.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/monitoramento>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Resultado do 1º Prêmio “Melhores Práticas A3P”**. Disponível em: <www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/prêmio-a3p/item/546>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Termo de Adesão**. Disponível em: <
www.cnmp.mp.br/portal/images/Minuta_do_Termo_de_Adesão_A3P.CNMP_MMA.pdf >.
Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Agenda Ambiental na Administração Pública - Um novo modelo de Gestão**.
Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/agenda_ambiental.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Como implantar A3P**. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_intermediria_laranja___1a_edio_36.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Portal Brasil. **Acordos Globais**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

BRASIL. Secretaria de Comunicação. **Por dentro do Brasil**, 2011.

CAVALCANTE, M. L. S. A. **Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P – considerações sobre implementação nos órgãos públicos**. Ver. Cont. 2012 jan-jun; v. x nº 1, 193-216. Disponível em: <<http://www.tce.ce.gov.br/component/jdownloads/finish/299-revista-controle-volume-x-n-1-jan-jun-2012/1785-edicao-completa?Itemid=592>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FERRAREZI JUNIOR, C. **Guia do Projeto Científico: do projeto à redação Final**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, C. (Org). **A sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces**. São Paulo: Millennium Editora, 2012.

Gil, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LITTLE, P. E. et al. **Políticas ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB.

MARCIEL, M. A. **Unidades de Conservação**: Breve histórico e relevância para a para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Disponível: <<https://jus.com.br/artigos/19809/unidades-de-conservacao>>. Acesso: 23 fev. 2017.

MARCONI M.A.; LAKATOS E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS G. A.; THEÓPHILO C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicada**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, M. M. **Como Fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL. Professor de Geografia Ricardo Libório, 2014. Licença Legal Youtube, Duração em minutos: 10 min. 8 seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qcDmKjRu6Io&t=32>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

RIBEIRO, W. C. (org.). **Governança da Ordem Ambiental Internacional e inclusão Social**. São Paulo: USP, 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SENADO VERDE. **Sobre o Senado Verde**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/senado-verde/sobre-o-senado-verde/sobre-o-senado-verde>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SOBRE A RIO+20. **Conferencia das Nações unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável – RIO + 20**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 05 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública**. Assessoria de Comunicação. São Cristóvão, 2015. Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteudo/ades-agenda-ambiental-administra-p-blica-16788.html>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

VALVERDE, S. R. **Elementos de Gestão Ambiental Empresarial**. Viçosa: Ed. UFV, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
DEPARTAMENTO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): TÍTULO: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

QUESTIONÁRIO

1. Nome do Departamento: _____
2. Você conhece a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?
() Sim () Não.
3. Houve capacitação referente à A3P para os funcionários do Departamento?
() Sim () Não.
4. Você já participou dentro da UFS de alguma palestra ou oficina de arte-educação ou cursos de capacitação com conceitos de sustentabilidade?
() Sim () Não.
5. Você conhece o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da UFS?
() Sim () Não.
6. Existe no seu Departamento monitoramento pelo NGA referente à A3P?
() Sim () Não.
7. A Universidade estimula o Departamento à preferência por produtos e serviços com diferenças ecológicas?
() Sim () Não.
8. O Departamento contribui para práticas sustentáveis?
() Sim () Não.
9. O Departamento faz o descarte do lixo como reciclável e não reciclável?
() Sim () Não.

10. No Departamento existe desperdício de materiais de expedientes (lápiz, canetas esferográficas, lápis grafite, grampos, cliques, cola, borracha, caixas-arquivos, fitas adesivas, prendedores, cartuchos de tinta, extratores de grampos, pastas e disquetes)?
() Sim () Não.
11. No Departamento existe algum controle ou monitoramento sobre o consumo de materiais de expediente?
() Sim () Não..
12. O Departamento faz confecção de blocos de anotações (com folha A4 usada um só lado)?
() Sim () Não.
13. O Departamento tem impressora que imprime frente-verso?
() Sim () Não.
14. Se o Departamento não tem impressora que imprime frente-verso, existe a prática de imprimir frente-verso do papel?
() Sim () Não.
15. No Departamento existe a prática quanto a: desligar luzes e monitores na hora do almoço e fechar as portas quando o ar condicionador está ligado?
() Sim () Não.
16. O Departamento aproveita as condições do meio ambiente como, ventilação, luz solar no ambiente de trabalho?
() Sim () Não.
17. No Departamento existe a prática no uso de copos individuais não descartáveis?
() Sim () Não.
18. O Departamento já recebeu *squeeze* ou copos do Núcleo de Gestão Ambiental?
() Sim () Não.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TERRA.

Princípios
I Respeitar e cuidar da comunidade de vida
<ol style="list-style-type: none"> 1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade; 2. Cuidar da comunidade de vida com, compreensão, compaixão e amor; 3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; 4. Garantir as dádivas e a beleza da terra para as atuais e futuras gerações;
Para cumprir esses quatro amplos compromissos, é necessário:
II Integridade Ecológica
<ol style="list-style-type: none"> 5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida. 6. Prevenir o dano ambiental e quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução; 7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam a capacidade regenerativa da terra, os direitos humanos e bem – estar comunitário; 8. Avançar no estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e ampla aplicação do conhecimento adquirido;
III Justiça social e econômica
<ol style="list-style-type: none"> 9. Erradicar como um Imperativo ético, social e ambiental; 10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável; 11. Afirmar a igualdade e equidade como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e as oportunidades econômicas; 12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e bem estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e da minoria;
IV Democracia, não violência e paz.
<ol style="list-style-type: none"> 13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusive na tomada de decisões e acesso à justiça; 14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao Longo da vida, os conhecimentos. Valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável; 15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração; 16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO RIO.

Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo-se reunido no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972, e buscando avançar a partir dela, com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global por meio do estabelecimento de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à inclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza interdependente e integral da Terra, nosso lar, proclama:

PRINCÍPIO 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

PRINCÍPIO 2

Os Estados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de Direito Internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

PRINCÍPIO 3

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras.

PRINCÍPIO 4

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste.

PRINCÍPIO 5

Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades, nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

PRINCÍPIO 6

A situação e necessidades especiais dos países em desenvolvimento, em particular dos países de menor desenvolvimento relativo e daqueles ambientalmente mais vulneráveis, devem receber prioridade especial. Ações internacionais no campo do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e necessidades de todos os países.

PRINCÍPIO 7

Os Estados devem em um espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global, e das tecnologias e recursos financeiros que controlam.

PRINCÍPIO 8

Para atingir o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida para todos, os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas.

PRINCÍPIO 9

Os Estados devem cooperar com vistas ao fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, pelo aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico, e pela intensificação de desenvolvimento, adaptação, difusão e transferência de tecnologias novas e inovadoras.

PRINCÍPIO 10

A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos.

PRINCÍPIO 11

Os Estados devem adotar legislação ambiental eficaz. Padrões ambientais e objetivos e prioridades em matéria de ordenação do meio ambiente devem refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam. Padrões utilizados por alguns países podem resultar inadequadamente para outros, em especial países em desenvolvimento,

acarretando custos sociais e econômicos injustificados.

PRINCÍPIO 12

Os Estados devem cooperar para o estabelecimento de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de modo a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para propósitos ambientais não devem constituir-se em meios para a imposição de discriminações arbitrárias ou justificáveis ou em barreiras disfarçadas ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento de questões ambientais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais destinadas a tratar de problemas ambientais transfronteiriços ou globais devem, na medida do possível, basear-se em um consenso internacional.

PRINCÍPIO 13

Os Estados devem desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade de indenização das vítimas de poluição e outros danos ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.

PRINCÍPIO 14

Os Estados devem cooperar de modo efetivo para desestimular ou prevenir a realocação ou transferência para outros Estados de quaisquer atividades ou substâncias que causem degradação ambiental grave ou que sejam prejudiciais à saúde humana.

PRINCÍPIO 15

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

PRINCÍPIO 16

Tendo em vista que o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo decorrente da poluição, as autoridades nacionais devem procurar promover a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, levando na devida conta o interesse público, sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais.

PRINCÍPIO 17

A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, deve ser empreendida para atividades planejadas que possam vir a ter impacto negativo considerável sobre o

meio ambiente, e que dependam de uma decisão de autoridade nacional competente.

PRINCÍPIO 18

Os Estados devem notificar imediatamente outros Estados, de quaisquer desastres naturais ou outras emergências que possam gerar efeitos nocivos súbitos sobre o meio ambiente destes últimos. Todos os esforços devem ser empreendidos pela comunidade internacional para auxiliar os Estados afetados.

PRINCÍPIO 19

Os Estados devem prover, oportunamente, a Estados que possam ser afetados, notificação prévia e informações relevantes sobre atividades potencialmente causadoras de considerável impacto transfronteiriço negativo sobre o meio ambiente, e devem consultar-se com estes tão logo quanto possível e de boa fé.

PRINCÍPIO 20

As mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

PRINCÍPIO 21

A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para forjar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

PRINCÍPIO 22

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.

PRINCÍPIO 23

O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos a opressão, dominação e ocupação devem ser protegidos.

PRINCÍPIO 24

A guerra é, por definição, contrário ao desenvolvimento sustentável. Os Estados devem, por conseguinte, respeitar o direito internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflito armado, e cooperar para seu desenvolvimento progressivo, quando necessário.

PRINCÍPIO 25

A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis.

PRINCÍPIO 26

Os Estados devem solucionar todas as suas controvérsias ambientais de forma pacífica, utilizando-se dos meios apropriados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas.

PRINCÍPIO 27

Os Estados e os povos devem cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

ANEXO C – PAÍSES PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA SOBRE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (UNSCCUR).

Lista de países que participaram da (UNSCCUR)	
ARGENTINA	ITALIA
AUSTRALIA	LUGOSLAVIA
BELGICA	JAPAO
BOLIVA	LIBANO
BRASIL	LIBERIA
CANADA	MIANMAR
CHILE	MEXICO
CHINA	NOVA ZELANDIA
COLOMBIA	NICARAGUA
COREIA	NORUEGA
COSTA RICA	PAISES BAIXOS
CUBA	PAQUISTAO
DINAMARCA	PANAMA
EQUADOR	PERU
EGITO	PORTUGAL
FILIPINAS	SUECIA
FILANDIA	SUIÇA
FRANÇA	TAILANDIA
GRECIA	TURQUIA
HAITI	REINO UNIDO
INDIA	ESTADOS UNIDOS
INDONESIA	UNIAO SUL-AFRICANA (ATUAL AFRICA DO SUL)
IRA	URUGUAI
IRAQUE	VENEZUELA
ISRAEL	

ANEXO D – SECRETARIAS QUE COMPÕEM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA).

Secretarias	Integrantes
Gabinete do Ministério do Estado do Meio Ambiente	Ministério do Estado do Meio Ambiente; Chefe do Gabinete do Ministro; Coordenação Geral de Apoio Administrativo (CGAA); Assessores do Gabinete do Ministro; Assessoria de Assuntos Internacionais (ASIN); Assessoria de Comunicação Social (ASCOM); Assessoria Parlamentar (ASPAR); Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); e Consultoria Jurídica (CONJUR): Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos, Coordenação Geral de Atos, Contratos e Ajustes e Apoio Administrativo.
Secretaria Executiva (SECEX)	Secretário Executivo; Diretora de Programas; Assessoria da Secretaria Executiva; Comitê Editorial do Ministério do Meio Ambiente; Departamento de Apoio CONAMA (DCONAMA); Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (DSIS); Departamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente; Departamento de Gestão Estratégica (DGE); Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II); Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA); Coordenação Geral de Gestão Administrativa (CGGA); Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade (CGFC); Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP); e Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática (CGTI).
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)	Gabinete da SAIC; Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS); e Departamento de Educação Ambiental (DEA).
Secretaria de Biodiversidade	Departamento de Áreas Protegidas (DAP); Departamento de Conservação e Manejo de Espécies; Departamento de Conservação de Ecossistemas; e Departamento de Patrimônio Genético (DPG).
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)	Departamento de Extrativismo (DEX); e Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Combate a Desertificação (DRSD).
Secretaria de mudanças do Clima e Florestas	Departamento de Mudanças Climáticas (DEMC); Departamento de Licenciamento e

	Avaliação Ambiental (DLAA); Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria (DQAM); e Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento (DPCD).
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental	Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (DQAGR); Departamento de Recursos Hídricos (DRH); Departamento de Revitalização e Bacias Hidrográficas e Acesso a Água (DRBH); e Departamento de Zoneamento Territorial (DZT).
Colegiados	Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA); Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO); Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO); Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente; Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN); Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE); Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLO); Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Departamento de Apoio, Galeria de Dirigentes; e Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
Órgãos Vinculados	Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Galeria de Dirigentes; e Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

ANEXO E – PORTARIA 221/2004 DA COMISSÃO GESTORA A3P

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DA MINISTRA
PORTARIA Nº 221, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004**

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nas Leis no 10.683, de 28 de maio de 2003 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e

Considerando que a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P propõe a inserção de critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais em todos os níveis da Administração Pública, visando à minimização dos impactos socioambientais negativos das atividades governamentais, à construção de uma cultura institucional que possibilite a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho e das relações entre os servidores públicos e entre eles e os bens públicos, o uso positivo do poder de compra do governo, a gestão adequada de recursos e resíduos e o combate ao desperdício;

Considerando que a gestão compartilhada da A3P é meio para a efetivação da diretriz de transversalidade no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA com os demais órgãos integrantes da Administração Pública, na busca do desenvolvimento sustentável, resolve:

Art. 1º Instituir a estrutura de gestão da A3P, que será composta por:

- I - Comissão Gestora;
- II - Conselho Consultivo Interno; e
- III - Comissões Setoriais.

Art. 2º À Comissão Gestora compete:

I - propor diretrizes para a implementação da A3P no âmbito da Administração Pública;

II – propor e aprimorar normas e instrumentos técnicos para as ações e soluções de implementação da A3P;

III – promover a articulação intra e intergovernamental das ações da A3P;

IV – estabelecer metas, monitorar e avaliar as atividades relativas à A3P ;

V – promover e apoiar as atividades das Comissões Setoriais;

VI – convocar o Conselho Consultivo Interno. Parágrafo único. A coordenação da Comissão Gestora ficará a cargo da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e a secretaria-executiva da Comissão Gestora ficará a cargo do Programa Nacional de Educação Ambiental.

Art. 3º A Comissão Gestora será composta por um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos e entidades vinculadas, abaixo indicados:

I – Secretaria-Executiva;

II - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

III - Programa Nacional de Educação Ambiental;

IV - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;

V - Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos;

VI - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e

VII - Agência Nacional de Águas – ANA.

Art. 4º Ao Conselho Consultivo Interno compete:

I - articular a A3P no âmbito do Ministério do Meio Ambiente; e

II - orientar as ações de implementação da A3 P junto às Comissões Setoriais.

Art. 5º O Conselho Consultivo Interno será composto por um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos e entidades vinculadas, abaixo indicados:

I – Gabinete da Ministra;

II – Secretaria-Executiva;

III - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

IV - Departamento de Articulação Institucional;

V - Consultoria Jurídica;

VI - Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos;

VII - Secretaria de Biodiversidade e Florestas;

VIII - Secretaria de Recursos Hídricos;

IX - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;

X - Secretaria de Coordenação da Amazônia;

XI – Programa Nacional de Educação Ambiental;

XII – Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA;

XIII - Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

XIV - Agência Nacional de Águas - ANA;

XV - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XVII - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ; e

XVIII - Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR.

Art. 6º Às Comissões Setoriais compete:

I – implementar, junto aos órgãos deste Ministério e às entidades vinculadas, as diretrizes propostas pela Comissão Gestora e as orientações do Conselho Consultivo Interno;

II – elaborar diagnósticos, conduzir atividades e emitir relatórios sobre a implementação da A3P;

III – divulgar informações e dados sobre a A3 P a todos os servidores de sua esfera de atuação;

IV – articular com as Comissões Setoriais dos diversos órgãos e entidades vinculadas para a troca de experiências;

V – participar do Conselho Consultivo Interno.

§ 1º As Comissões Setoriais serão instituídas em cada um dos órgãos e entidades vinculadas, constantes do art. 5º desta Portaria.

§ 2º As Comissões Setoriais serão compostas por no mínimo três integrantes e serão coordenadas pelos respectivos representantes dos órgãos e unidades vinculadas no Conselho Consultivo Interno.

Art. 7º Poderão ser instituídas sub-comissões setoriais nos órgãos do Ministério do Meio Ambiente para a implementação da A3P.

Parágrafo único: Nas entidades vinculadas serão criadas sub-comissões setoriais.

Art. 8º Os representantes e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades vinculadas deste Ministério e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 9º Os representantes dos órgãos e entidades vinculadas integrantes da Comissão Gestora, do Conselho Consultivo Interno e das Comissões Setoriais terão mandato de dois anos, admitida a recondução.

Art. 10. Eventuais despesas com diárias e passagens dos representantes e respectivos

suplentes correrão à conta dos órgãos e entidades vinculadas representadas.

Art. 11. A participação nas Comissões e no Conselho não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 13. Fica revogada a Portaria nº 510, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2002, Seção 2, Página 44.

MARINA SILVA

ANEXO F – PORTARIA 61/08 QUE ESTABELECE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS COMPRAS PÚBLICAS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
PORTARIA No 61 , DE 15 DE MAIO DE 2008

Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, INTERINO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 170 e 225 da Constituição, no art. 2º, inciso I e art. 9º da Lei no 6.938, 31 de agosto de 1981 e art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e

Considerando que a Administração Pública ao exercer seu poder de compra e de contratação desempenha papel de destaque na orientação dos agentes econômicos, e na adoção dos padrões do sistema produtivo e do consumo de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis, incluindo o estímulo à inovação tecnológica, resolve:

Art. 1º Nas licitações e demais formas de contratações promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas deverão ser observadas:

I - a preferência por fornecedores e produtos comprovadamente de menor impacto ambiental;

II - justificativa e especificações técnicas ambientais, de forma a atender ao interesse da Administração Pública, de preservação do meio ambiente e do bem estar social.

Art. 2º Nos procedimentos licitatórios de compras públicas sustentáveis, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, os responsáveis pelas compras deverão, desde que observadas a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação vigente, adotar, entre outras, as seguintes práticas sustentáveis:

I - a adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

II - a aquisição de lâmpadas de alto rendimento, com o menor teor de mercúrio entre as disponíveis no mercado (base em laudos técnicos) e de cabos e fios de alta eficiência elétrica e baixo teor de chumbo e policloreto de vinila-PVC;

III - o uso de correio eletrônico, sempre que possível, em vez de papéis;

IV - a aquisição de produtos e equipamento duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

V - a adoção de práticas corretas de descarte de resíduos, partes e componentes de produtos obsoletos, incluindo, quando necessário a realização de procedimentos licitatórios para descarte desses;

VI - a utilização do papel reciclado, no formato A4, 75 g/m², que dar-se-á de forma progressiva em razão da adequação à capacidade de oferta do mercado;

VII - o desenvolvimento e implantação de projetos de ilhas de impressão;

VIII - a aquisição, e utilização de impressoras duplex, respeitando-se o tempo de vida útil para aquelas que compõem o estoque de equipamentos deste Ministério e entidades

vinculadas;

IX - a impressão frente e verso de documentos, incluindo as correspondências oficiais;

X - a impressão dupla por folha, no que couber;

XI - o desenvolvimento e implantação de medidas de redução de consumo e racionalização de água, bem como de reuso de água;

XII - a previsão da utilização de produtos biodegradáveis nos contratos de limpeza e conservação.

Art. 3º As áreas de planejamento, administração e tecnologia da informação deverão realizar campanhas de conscientização e motivação, e as áreas de capacitação, no que couber, o desenvolvimento e realização de capacitações que visem o aperfeiçoamento de técnicos e usuários para o uso mais eficiente dos equipamentos, e de desenvolvimento das práticas administrativas e operacionais no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas.

Art. 4º Os responsáveis pelas compras no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas deverão:

I - elaborar relatório trimestral dos resultados obtidos; e

II - apresentar metodologia de medição, itens analisados, forma de contratação e preços pagos. Parágrafo único. As informações constantes deste artigo deverão ser encaminhadas às autoridades a que estão subordinados, bem como cópia digital ao Secretário-Executivo deste Ministério.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

**ANEXO G – PORTARIA 217/08 DO COMITÊ DE IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 217, DE 30 DE JULHO DE 2008**

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nas Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e Considerando que a Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P propõe a inserção de critérios socioambientais na gestão dos serviços públicos em todos os níveis de governo;

Considerando que a adoção de critérios ambientais pelos órgãos públicos visa a melhoria contínua do processo de gestão, compatibilizando as práticas administrativas à política de prevenção de impactos ambientais e de uso racional dos recursos naturais, atendendo-se aos preceitos constitucionais sobre a responsabilidade ambiental compartilhada, que é tarefa de todos os segmentos da sociedade, do setor produtivo e do Poder Público.

Considerando que a administração pública é grande consumidora e usuária de recursos naturais, tem um papel estratégico na promoção e na indicação de novos padrões de produção e de consumo, e, que deve ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados em suas atividades;

Considerando a necessidade da formação continuada de gestores públicos que venham a internalizar conceitos de licitações sustentáveis, de consumos sustentáveis e da redução, reuso e reciclagem de resíduos gerados pelas atividades públicas;

Considerando que a gestão compartilhada da A3P é meio para a efetivação da diretriz de transversalidade da Política Nacional de Meio Ambiente-PNMA e do Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA com os órgãos integrantes da Administração Pública, na busca do desenvolvimento sustentável, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Comitê de Implementação da A3P, com as seguintes competências:

I - propor e definir as diretrizes para a implementação da A3P no âmbito do Ministério do Meio Ambiente;

II - propor e aprimorar normas e instrumentos técnicos para as ações e soluções relativas à implementação da A3P no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e vinculadas;

III - estabelecer metas, monitorar e avaliar as atividades relativas à A3P no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e vinculadas;

IV - apoiar, acompanhar e relatar as atividades relativas à A3P implementadas no âmbito de todas as unidades do Ministério do Meio Ambiente;

V - articular as ações do Comitê com as ações da Comissão para Coleta Seletiva Solidária, criada por meio da Portaria No- 545, de 31 de outubro de 2007, conforme Decreto No- 5.940, de 31 de outubro de 2006; e

VI - divulgar informações e dados sobre a A3P a todos os servidores de sua esfera de atuação.

Art. 2º O Comitê será composto por um representante, titular e respectivo suplente, de cada uma das unidades a seguir indicadas:

- I - Gabinete do Ministro;
- II - Secretaria-Executiva;
- III - Secretaria de Biodiversidade e Florestas;
- IV - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental;
- V - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental;
- VI - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável;
- VII - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano;
- VIII - Agência Nacional de Águas-ANA;
- IX - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;
- X - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes;
- XI - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro- JBRJ; e
- XII - Serviço Florestal Brasileiro-SFB.

Parágrafo único. Fica a critério dos gestores das unidades indicadas nessa portaria, a criação de Comissões Gestoras Setoriais e/ou internas.

Art. 3º Os trabalhos do Comitê serão coordenados pelo Departamento de Cidadania de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Art. 4º A participação no Comitê não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º Fica revogada a Portaria No- 221, de 10 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2004, Seção 1, página 53.

CARLOS MINC

ANEXO H – PORTARIA 2202/14 QUE NOMEIA O COORDENADOR DO NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL (NGA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

Nomeia Coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental – NGA,,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
GABINETE DO REITOR

P O R T A R I A Nº 2202

de 20 de outubro

de 2014.

Nomeia Coordenador do Núcleo
de Gestão Ambiental - NGA

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 9º, inciso II, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Professor Associado, Nível 02, GENÉSIO TÂMARA RIBEIRO, Matrícula SIAPE nº 1352277, lotado no Departamento de Ciências Florestais do Centro de Ciências Agrárias Aplicadas – DCF/CCAA, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, para exercer o Cargo de Direção CD-4, de Coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental – NGA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli
REITOR

ANEXO I – PORTARIA 0420/12 QUE INSTITUI O PROGRAMA UFS AMBIENTAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 0420, de 23 de fevereiro de 2012.
Institui o Programa UFS Ambiental.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando que:

- é dever da Universidade estimular, promover e apoiar a sustentabilidade socioambiental, através de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão compartilhada e integrada de resíduos;
- a Universidade deve estabelecer política interna de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, visando estimular a implantação de práticas sustentáveis em todos os seus setores;
- devem ser estabelecidos mecanismos de fomento ao desenvolvimento de projetos na área socioambiental, englobando aspectos de pesquisa, ensino, extensão e gestão cotidiana da Universidade;
- deve ser desenvolvida ação conjunta entre Administração Central, Administração dos Campi, Unidades, Órgãos e Comunidade UFS, de modo a assegurar uma gestão ambiental integrada e eficaz na Universidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído, na Universidade Federal de Sergipe, o Programa Permanente para assuntos relativos à Gestão e Educação Ambiental no âmbito da Universidade, doravante denominado Programa UFS Ambiental;

Art. 2º - É Missão do Programa UFS Ambiental: contribuir para a construção de sociedades sustentáveis através de ações voltadas à minimização de resíduos, à proteção do meio ambiente, à melhoria da qualidade de vida e à formação de recursos humanos comprometidos com tais objetivos;

Art. 3º - São Princípios do Programa UFS Ambiental: a Participação, o Pertencimento, a Autonomia, as Tecnologias ambientalmente adequadas e o Princípio dos 5 Rs (Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar);

Art. 4º - São Diretrizes do Programa UFS Ambiental:

- I- Propor políticas para a gestão ambiental da UFS;
- II- Estimular a comunidade UFS a incorporar valores, atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, em especial, a minimização na geração de resíduos;
- III- Colaborar para a capacitação do quadro de funcionários na incorporação de boas práticas socioambientais;
- IV- Contribuir para o estabelecimento de políticas de conservação, recuperação, melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na UFS e na sociedade;
- V- Promover a consolidação do processo de gestão compartilhada e integrada de resíduos na UFS, tornando-o exemplo de boas práticas para a sociedade;
- VI- Apoiar e fomentar a promoção de iniciativas socioambientais que articulem aspectos de pesquisa, ensino, extensão e gestão.

Art. 5º - Compõem o Programa:

- I. O Coordenador Geral;
- II. O Grupo Gestor;
- III. Os Representantes dos Campi;
- IV. As Comissões dos Campi.

Parágrafo único – O Coordenador Geral será designado pelo Reitor. O Comitê Gestor e os Representantes dos Campi, aos quais se referem os incisos II e III, serão designados pelo Coordenador Geral. As Comissões dos Campi serão designadas pelos Representantes dos Campi.

Art. 6º - Ao Coordenador Geral cabe:

- I. Zelar e fazer cumprir os Princípios e Diretrizes estabelecidos para o programa e que visam alcançar sua Missão;
- II. Coordenar o Grupo Gestor.

Art. 7º - Ao Grupo Gestor, instância de planejamento do Programa, cabe:

- I. Criar mecanismos de planejamento estratégico, gestão e avaliação do Programa;
- II. Elaborar e executar planejamento anual das ações e proposta orçamentária do Programa;
- III. Elaborar relatórios anuais de atividades e apresenta-los à UFS;

- IV. Avaliar e aprovar os projetos apresentados pelas Comissões dos Campi;
 - V. Definir a constituição de Grupos de Trabalho temáticos, de acordo com as necessidades do Programa;
 - VI. Indicar o Coordenador de cada Grupo de Trabalho;
 - VII. Promover a articulação entre as demais instâncias do Programa, bem como os Grupos de Trabalho constituídos;
 - VIII. Identificar e disponibilizar para as demais instâncias do Programa as legislações vigentes municipais, estaduais e federais sobre resíduos, que darão orientações aos projetos a serem desenvolvidos;
 - IX. Articular, interna e externamente, parcerias com instituições públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais.
- Art. 8º - O Grupo Gestor terá a seguinte composição:
- I. O Coordenador do Grupo Gestor;
 - II. Os Representantes do Programa nos campi de São Cristóvão, Lagarto, Laranjeiras, Itabaiana e Aracaju, designados pelo Coordenador Geral;
 - III. O Diretor da Educação Ambiental;
 - IV. O Diretor de Comunicação.
- § 1º - O Grupo Gestor deverá reunir-se a cada dois meses, pelo menos.
- § 2º - Caberá ao Diretor de Comunicação assessorar a gestão operacional do Grupo Gestor.
- Art. 9º - Aos Representantes do Programa nos Campi cabe:
- I. Definir os papéis e atribuições de seus membros;
 - II. Articular e facilitar a interação entre as Comissões e o Grupo Gestor;
 - III. Promover articulações institucionais locais, tanto internas quanto externas à UFS, respeitando os princípios, missão e diretrizes do Programa UFS Ambiental, acima citados;
 - IV. Elaborar, em conjunto com o Grupo Gestor, o planejamento das ações estratégicas locais, seguindo os princípios, missão e diretrizes do Programa UFS Ambiental;
 - V. Avaliar, apreciar e apoiar projetos que venham a ser submetidos no âmbito do Campus de origem;
 - VI. Apoiar e participar das ações propostas por Grupo(s) de Trabalho;
 - VII. Colaborar com outras Comissões Locais, trocando experiências e compartilhando informações de interesse à efetivação do Programa na Universidade;
 - VIII. Elaborar relatório anual a ser submetido ao Grupo Escolar;

IX. Zelar pela implementação e execução dos projetos e propostas elaborados pelo(s) Grupo(s) de Trabalho(s) aprovados pelo Grupo Gestor em planejamento anual;

X. Propor ao Programa projetos de pesquisas temáticas que envolvam estudantes, técnicos e docentes.

Art. 10º - Cada Comissão dos Campi terá a seguinte composição:

I. Um representante discente, preferencialmente ligado a agremiações estudantis (Centro Acadêmicos e/ou Associações Atléticas) e/ou ao Programa UFS Ambiental;

II. Um representante dos Técnicos Administrativos;

III. Um representante dos docentes;

§ 1º - Caberá ao Representante de cada Campi avaliar a atuação dos membros participantes das comissões, submetendo-a ao Grupo Gestor para avaliação, e encaminhar ao Coordenador Geral do Programa para substituição, se necessário.

Art. 11º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho

REITOR